ATA Nº 06/2020

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo do disposto no nº 3 do Art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesia de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim), reuniu, em sessão extraordinária, no dia **02 de dezembro** de 2020, pelas 20:00 horas, no Auditório dos SMAS, sito na Avª Movimento das Forças Armadas, nº 16, Portela de Sintra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

A) Período de Intervenção do Público (30 minutos). ----------

B) Período antes da Ordem do Dia (60 minutos). ----------

C) Período da Ordem do dia: ----------

1. Apreciação e votação da Proposta nº 192-UFS/2020 - 2ª Modificação ao contrato Interadministrativo de colaboração existente entre a União das Freguesias de Sintra, a Câmara Municipal de Sintra e os Serviços Municipalizados de Água e saneamento de Sintra (SMAS), relativo a limpeza pública de resíduos sólidos urbanos;
2. Apresentação do projeto dos SMAS na remodelação das redes de abastecimento de água e construção de ciclovia na Portela de Sintra;
3. Apresentação do projeto de construção do Ecocentro de Vale Flores.

A sessão foi presidida por João Paulo Afonso Aguiar (PS), Presidente da Mesa e secretariada por Lara Sofia Fernandes Guerreiro (PS) e por Rui Manuel Simões Fontainhas (PS), Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente. ------

Estiveram presentes, para além dos acima mencionados, os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: ----------

- Manuel Maria Nunes, em substituição de Ilídio Monteiro (PS);----------
- Bruno Filipe Silva Santos, em substituição de Maria Raquel Silva (PS); ----------
- Vítor Manuel dos Santos Oliveira (PS);----------
- Avelino Gomes Ribeiro do Couto (PS);----------

- Ana Lúcia Pereira Santos (PS);----------
- Eduardo Duarte Casinhas (PPD/PSD - Ind.);----------
- Paulo Alexandre Parracho Filipe (PPD/PSD); ----------
- Rui Miguel Pinto Mouzinho (PPD/PSD-Ind.); ----------
- Paula Cristina da Silva Bento dos Santos (PPD/PSD - Ind.);----------
- César Alberto Santos da Conceição, em substituição de Alexandre Manuel dos Reis Soares Sebastião (PPD/PSD - Ind.);----------
- Luís Costa, em substituição de Fernando Filipe Antunes Cunha (CDS/PP – Ind.);
- Paulo Duarte dos Santos Pedroso (CDS/PP); ----------
- Maria da Conceição Almeida Cerqueira (CDS/PP);----------
- Luís Manuel Venâncio F. de Oliveira (CDU); ----------
- Maria Cristina Miranda Rodrigues, em substituição de Licínio dos Reis Peixe (CDU);----------
- Rui Frias Moreira (BE); ----------

Foram rececionadas as justificações de falta dos seguintes membros da Assembleia de Freguesia, documentos que ficam anexos à presente ata e que da mesma fazem parte integrante:----------
- Ilídio Manuel da Conceição Monteiro (PS); ----------
- Maria Raquel Eduardo Silva (PS); ----------
- Alexandre Soares Sebastião (PPD/PSD);----------

A Junta de Freguesia esteve representada pela sua Presidente, Antónia Raminhos e pelos Vogais José Manuel Leitão Duarte, Mafalda Alves da Silva, Carlos Alberto Moreira da Costa e João Guilherme Valente de Oliveira.----------

Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra, dando início à Ordem de Trabalhos:

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Boa noite a todos. Sem mais demoras, dar inicio a nossa sessão, começando pela comunicação das substituições: Maria Raquel da Silva pelo Sr. Vogal Bruno Santos, na CDU o Sr. Vogal Licínio Peixe será substituído pela Sra. Vogal Cristina Rodrigues e no CDS o Sr. Vogal Fernando Cunha será substituído pelo Sr. Vogal José Luís Gomes da Costa tendo em conta que os vogais que o antecedem também pediram a devida substituição. E creio que a nível de expediente está tudo. Entramos, sem demoras, no período de intervenção do público que desde já saúdo. Não havendo a pretensão de intervir, podemos avançar então para o período antes da ordem do dia, 60 minutos, cada partido tem 10 minutos para intervir sobre questões fundamentais da Freguesia. Passo a palavra ao Sr. Vogal Rui Frias Moreira do Bloco de Esquerda.

Rui Frias Moreira (BE): Obrigado a todos. Antes de mais, uma boa noite, cumprimentar a Mesa, o Executivo, os restantes Vogais, os funcionários da Junta, digníssimo público, saudar antes mais a nova Presidente, desejar um bom mandato no que falta, pouco tempo, mas dá sempre tempo para fazermos alguma coisa. Venho aqui ler uma declaração relativamente à última Assembleia de Freguesia. Portanto, decorreu no passado dia 18 de novembro uma Sessão Extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Sintra, o Bloco de Esquerda não se fez representar nessa reunião pela primeira vez neste mandato porque o membro eleito não foi convocado para a mesma. A não convocação deveu-se a um lapso dos serviços da Junta, lapso esse que foi prontamente assumido, a explicação do ocorrido foi acompanhada de um pedido de desculpas por parte dos serviços que foi prontamente aceite. Estando justificada a minha ausência da reunião enquanto representante do Bloco de Esquerda e no pressuposto de que a falha na convocatória constitui um momento de exceção à habitual eficácia dos serviços devo recordar que para lá da questão técnica e administrativa a convocação dos membros da Assembleia é uma responsabilidade política do Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, pelo que recomendo ao

Senhor Presidente que no cumprimento dos seus deveres e atribuições passe a confirmar com mais rigor o envio das convocatórias. Esta declaração será enviada por *e-mail* para ser anexada à ata. Obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. Da minha parte mais uma vez pedir desculpa, já tivemos oportunidade de falar pessoalmente várias vezes sobre este assunto. Para esclarecer também os presentes, no próprio dia e durante a Assembleia enviei uma mensagem de texto para o Senhor Vogal do Bloco de Esquerda a perguntar se estava tudo bem com ele porque realmente não era normal a não comparência e de facto depois fomos confrontados com essa situação e que politicamente assumo o meu erro e terei esse cuidado. Já tivemos oportunidade de falar, já pedi desculpa ao Bloco de Esquerda, já pedi desculpa ao Senhor Vogal, politicamente assumo o erro. Tem a palavra o Sr. Vogal Paulo Duarte.

Paulo Duarte (CDS-PP): Muito boa noite a todos, os meus cumprimentos à Mesa. Eu gostaria de ler aqui um voto de saudação, eu sei que a data já passou, mas há datas que são de facto importantes e essa foi uma delas para a nossa democracia e sendo que temos esta Assembleia 6 dias volvidos não quero deixar de ler aqui um voto de saudação ao 25 de Novembro.

"Comemorou-se no passado dia 25 de Novembro o 45º aniversário do movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas apoiadas pela extrema-esquerda e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português na senda da consolidação do processo democrático iniciado com o 25 de Abril. O 25 de Novembro, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégias de uma franja radical da sociedade portuguesa que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal. O povo português conseguiu com firmeza romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário. Essa viragem foi decisiva para que Portugal aceitasse puramente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental.

Com efeito, este entendimento vigorou nos últimos 45 anos e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português. Neste contexto importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante integrado na União Europeia e em pleno desenvolvimento. É sob o signo dessa unidade feita pela história que saudamos uma vez mais o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo, e assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia."

Senhor Presidente, muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito bem. Muito obrigado, Senhor Vogal. Tem a palavra o Sr. Vogal Luís Oliveira da CDU. Só para deixar a nota que creio que todos receberam a moção que foi apresentada pela CDU, enviada no dia de ontem se não estou em erro e que a mesma depois será sujeita a votação no final do período antes da ordem do dia.

Luís Oliveira (CDU): Boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente da Junta, Senhores Vogais, senhoras funcionárias e senhores funcionários, estimado público e fregueses. Não sei se relativamente à moção faria a leitura da moção...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Eu acho que é melhor fazer uma explicação do que uma leitura. Acho que já todos leram, não é?

Luís Oliveira (CDU): A moção foi distribuída pelos eleitos, no entanto, ao público fazer referência que para nós, para a CDU, a atividade da Junta, a atividade política e a esta reunião que estamos aqui a tratar, não está condicionada nem pelo estado de emergência nem por decreto nenhum que condicione estes trabalhos e, portanto, dessa forma nós não vimos sentido que na ordem de trabalhos que nos foi enviada seja limitada entre o horário das 08h00 e das 10h30. Cabendo ao Senhor Presidente da Assembleia a responsabilidade de credenciar ou passar justificações de ausência para o período remanescente até à hora que termina, não faz sentido e, portanto, com isto fizemos o envio desta moção que queríamos ver discutida por todos os grupos.

No entanto, relativamente àquilo que são e têm sido as intervenções da CDU nos problemas dos fregueses gostariamos que oportunamente nos pudessem fazer chegar alguma informação. Nós fomos colocando estas questões ao longo do mandato e algumas das questões continuam ainda sem resposta como é o caso do cruzamento do Bairro da Lapa. O cruzamento que lá está continua perigoso e tem uma sinalização que poderá ser reavaliada. Estava a ser discutida a alteração daquela sinalização, para além de o cruzamento permitir, não permite os ligeiros, mas permite que manobre lá um autocarro no meio de uma curva e fomos informados naquela altura que estaria em avaliação, queríamos saber o ponto de situação relativamente a isto.

Relativamente à Escola de Lourel, durante muito tempo nós fizemos e sabemos que está lá uma cobertura para permitir que durante o período de tempo que medeia deixar as crianças e a abertura das aulas há um abrigo. Foi criado efetivamente lá um abrigo, isto foi discutido, no entanto, queríamos saber se estas condições estão efetivamente salvaguardadas. É a escola dentro do Bairro da Lapa.

Também estava em análise e estaria o início de um projeto relativo à construção de uma solução para a ligação de Cabriz a Lourel que passaria pela revisão daqueles rails que foram lá colocados e a questão de uma passagem ou de uma suposta zona pedonal que iria nascer ou resolver aquela situação em que os rails vieram roubar parte ou na totalidade da zona do acesso pedonal.

Relativamente ao acesso pedonal entre Campo Raso e o Modelo de Lourel existe uma parte, que se pode até dizer que poderia ser aproveitada para uma ciclovia, que tem umas boas dimensões, no entanto, depois ela é interrompida com o meio de uma rotunda. Esta situação também estaria a ser avaliada, pelo que gostaríamos de saber se se chegou a alguma conclusão. Eu depois deixo a minha intervenção, para que se possa situar os locais.

Relativamente ao Barrunchal, sabemos que a obra está a decorrer, não tenho informação se já terá sido terminada, no entanto, havia algumas questões que gostaria de deixar aqui, quer relativamente ao levantamento daquilo que são os cuidados de saúde, quer o fornecimento de água e saneamento e outros serviços, saber se existe a

possibilidade de ali nalguma das situações ou se existe protocolo com a Câmara de Cascais. Percebemos que a população recorre a uns serviços para umas coisas, a outros para outras. A questão do acesso quer-nos parecer que está resolvida, e bem, mas ainda surge um conjunto de outras questões que não nos devem deixar descansados.

Relativamente outra vez a esta questão do terminal da Portela, há duas situações que gostávamos de deixar aqui mais uma vez: relativamente à intervenção no terminal da Portela, as condições péssimas que tem para os tempos de espera pelos autocarros, as condições de abrigo das pessoas e dos trabalhadores, e a ausência de infraestruturas sanitárias, já que justamente como sabemos, as infraestruturas que estão lá de sanitários são da CP e, portanto, estão condicionadas às regras e aos horários que a CP disponibiliza. Isto era uma coisa nova, o Sr. Presidente Fernando tinha alguns avanços sobre isto, queríamos saber qual é que é o ponto de situação.

Relativamente ao parque, tivemos já algumas situações no terminal, naquele parque que está em frente ao terminal da Portela, de viaturas que têm sido alvo de furtos e algumas vandalizadas, desde rodas, escapes, têm feito lá várias incursões e, portanto, gostaria de saber se há já alguma solução discutida com a Câmara no sentido de salvaguardar estas situações.

No centro histórico, sabemos que estamos a passar um período muito, muito complicado. Gostaria de saber se aos moradores do centro histórico estava a ser cobrada uma quantia, se durante este período continua a ser cobrada esta quantia ou se foi levantada ou se foi permitido que essas pessoas durante este período possam circular como circulam vindos, por exemplo, pela Estrada da Macieira que permite a circulação, o acesso ao centro histórico.

E mais uma vez deixar aqui uma nota que para nós é muito, muito negativa que é o encerramento nesta altura da Rua Visconde de Monserrate para aquela obra que de início seria para 3 semanas e há quem diga que aquilo vai ultrapassar, vai entrar no novo ano, portanto, sem resolução e o que aquilo significa ou significou desde esse momento até esta altura e, portanto, não sabemos quando é que vai terminar, o que significa, quer para os moradores, quer para o comércio e para a restauração, para a

hotelaria, que com a retirada e esta foi sugerida aqui, foi proposto pela CDU que relativamente à circulação dos autocarros pela rua do Hotel Lawrence, ainda há bem pouco tempo vi um carro dos Bombeiros a manobrar ali, um autocarro não teria seguramente tantas dificuldades ou teria exatamente as mesmas dimensões para poder circular por ali e não tinha sido retirado o transporte às populações, e da mesma forma o autocarro que serve o Palácio da Pena poderia circular por ali e ajudava o comércio e a restauração que está completamente deserto.

Relativamente à Abrunheira, durante muito tempo se falou aqui e levantou uma questão relativa ao posto móvel, gostaríamos de saber se há algum trabalho desenvolvido nesse sentido. À entrada do bairro continua sem haver uma solução quanto àquele estacionamento anárquico que está logo na entrada, que tem a ver com a procura, os clientes que vão para aquele estabelecimento e ao colocarem os carros ali mal estacionados inviabiliza a entrada e saída até dos ligeiros, quanto mais dos pesados. Aquele local é servido também pela carreira 446 que sai de São Pedro e que vai para Mira-Sintra. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. Passo a palavra ao Sr. Vogal Eduardo Casinhas.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): Boa noite a todos, cumprimentar a Mesa e o Executivo, desejar bom mandato à Senhora Presidente, não tive oportunidade numa Assembleia lhe desejar, mas é com bastante regozijo, que faça um bom trabalho em prol da sua Freguesia, da nossa Freguesia.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Obrigada.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): Cumprimentar o público e os funcionários da Junta. Duas ou três pequenas coisas que eu queria levantar aqui, não é de problemas da Freguesia, mas de algumas peças que nos permitem ver o que se passa nas Assembleias com aquilo que nós efetivamente aqui levantamos e o público, que é respeitante a atas.

Faltam as atas n.º 2 de 17 de junho, falta uma que é a ata n.º 4 de setembro de 2019, que já tive oportunidade de dizer aqui numa reunião e que me disseram que estava lá.

Portanto, a ata n.º 4 da Assembleia de 2019, depois a n.º 2, 3, 4 e 5 de 2020. Depois no *site* da Junta aparecem as sessões da Assembleia de Freguesia, apenas duas, uma de 17/02/2018 que trata da Praça Dom Fernando II e outra de 22/12/2017 que é um voto de pesar pelo falecimento da Vereadora Paula Neves. Portanto, eu não sei se é para continuar assim, se é efetivamente para elas serem todas colocadas para que a gente tenha acesso efetivamente àquilo que se passa nas sessões.

Depois, porque não existe a ata de 17 de junho de 2020 que tratava, salvo erro, da 1ª modificação ao contrato interadministrativo, suscitou-me aqui duas perguntas que estão nessa audição porque não existe papel, foi uma reclamação que eu fiz acerca do PDM das reclamações efetuadas dos terrenos que são pertença da Junta. Aquelas reclamações que todas as Juntas fizeram de um modo geral para que se considerasse terrenos industriais na área da Freguesia para desenvolvimento, não era isso que eu aludia, é dos terrenos da Junta se foram efetuadas reclamações com todos os fregueses, todos, alguns fregueses, acerca dos seus terrenos fizeram. Até à presente data não está cá nada. No seguimento disto o Senhor Presidente da Junta diz que obras para instituições de Segurança Social poderão ser efetuadas em terrenos sem aptidão construtiva desde que a Câmara seja parceira e que parte do terreno em Nafarros já estava reservado. Pergunta-se para quem. Eu estou a falar de um terreno de 237.000 m^2 e há instituições de Segurança Social, porque no meu tempo foi entregue um pedido da Liga dos Avós e que parece que a Senhora Presidente já tem conhecimento dele, tarde, mas teve. Pergunta-se qual é o ponto da situação.

também nessa Assembleia, foi dito que ia ser efetuada uma contratação de uma técnica com formação para apoio psicológico na Freguesia. Já foi admitido, o processo está em desenvolvimento, o que é que se passa?

Portanto, eu acho que isto são duas questões e, nomeadamente, da Liga dos Avós que está a pedir um terreno para construir com dinheiros da Comunidade Europeia e que agora, segundo nós temos ouvido, que vai haver aí bastante dinheiro para esta área social, que era de toda a conveniência tratarem desse assunto porque efetivamente 235.000 m dá para fazer muita coisa, não são necessários todos com toda a certeza.

Portanto, gostaria que a Senhora Presidente me dissesse e a esta Assembleia acerca destes assuntos. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. De facto, sobre a ata de 2019 da Assembleia de setembro que seria a ata n.º 3 de facto está aqui em falta. Depois as outras do ano 2019 estão todas e vamos tentar corrigir o quanto antes este lapso. Quanto às outras atas que refere já do ano 2020 que serão as atas 2, 3 e 4 e 5, que a 5 foi da reunião de há 2 semanas se não estou em erro, prende-se com uma questão muito simples, a ata n.º 2 e 3 foram as duas sessões de junho que não foi possível levar as atas em setembro e ficou acordado na altura até em Conferência de Líderes que não havia essas e foi explicado o porquê, e a reunião que tivemos a seguir à de setembro foi a de novembro e que teve os contornos extraordinários que todos conhecemos e que também não foi possível ou não era o intuito levar atas, discutir e aprovar atas de Assembleias anteriores. Estas atas estarão o mais atual possível na próxima sessão da Assembleia para votação.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Senhor Vogal Paulo Parracho, tem a palavra, se faz favor.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhora Presidente do Executivo, caros colegas, estimado público e funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia e também dos SMAS aqui presentes, e também o digníssimo administrador dos SMAS que nos honra, faz as honras da casa neste caso.

Quatro questões. Começava pela moção da CDU, a Bancada do PSD e creio que também poderei falar em nome da do CDS porque nós continuamos em aliança como todos sabem, vai votar a favor porque se revê de facto neste texto e fazia aqui um reparo para o Senhor Presidente da Mesa, começam a ser muitas censuras que o Senhor Presidente é alvo, em todas as sessões há sempre qualquer coisa para dizer, não é normal, mas penso que devia tirar as devidas ilações de todas estas críticas que motivam suspiros obviamente e são partilhadas pela maioria dos eleitos desta Assembleia.

Depois questões muito concretas para a Senhora Presidente da Junta, uma vez que vamos ter aqui, e faço desde já uma saudação por esta abertura que é a primeira vez que acontece neste mandato de termos por iniciativa do Executivo a discussão de projetos de grande interesse para a Freguesia ou a apresentação pública desses projetos, ao longo deste mandato sempre nos queixámos que aos Vogais da Assembleia de Freguesia nunca chega informação, nunca sabemos o que é que se vai fazer de interesse e relevante na nossa Freguesia, sabemos apenas pela comunicação social, por vezes pelo *site* da Câmara e pouco mais. Portanto, a nossa saudação para a inclusão destes dois pontos que vamos discutir daqui a pouco na ordem de trabalhos.

Já agora, era um pedido, uma vez que foi apresentado, sei que foi na altura de transição de Presidentes de Junta, mas também outro projeto relevante para a nossa Freguesia que é o chamado Jardim Romântico do Vale da Raposa, gostaríamos de ter estado presentes na cerimónia, sabemos que, enfim, parece que há uma espécie de *red pass*, não só para aceder aos lugares públicos destas Assembleias, mas também às cerimónias da Câmara Municipal de Sintra que só alguns é que têm direito, uma vez que não fomos tidos nem achados nessa apresentação pública gostaríamos que por intermédio da Senhora Presidente pudéssemos ter acesso ao projeto, à memória descritiva, enfim, saber de facto o que é que se lá vai fazer, até porque pelas redes sociais já vão circulando, eu quero-lhe chamar boatos, não quero acreditar nalgumas coisas que se vão escrevendo, mas para evitar tudo isso não vou reproduzi-los aqui obviamente, era bom que os eleitos desta Freguesia tivessem acesso à informação.

Depois, outra questão já foi aqui levantada pelo Vogal da CDU, tem a ver com os acessos ao centro histórico, de facto em Sintra as obras demoram muito tempo. A Rua Visconde de Monserrate, enfim, não se percebe porquê tanta demora na remodelação de um troço que nem sequer é longo. Nós vemos noutros sítios obras que, até com mais envergadura técnica, são feitas no tempo previsto, pelo menos no tempo previsto. Esta já ultrapassou as 3 semanas, já vão para aí em 9, com os prejuízos grandes que está a causar a toda a gente, não só aos visitantes, aos turistas, mas sobretudo a quem vive dos visitantes, a quem vive do turismo, o centro histórico está

às moscas e uma das razões é de facto o facto de não ter acesso. Não há possibilidade, agora temos luzes, iluminações de Natal, uma árvore de Natal muito bonita, mas não conseguimos lá chegar para ver. Isto faz lembrar a proposta que apresentámos nesta Assembleia, que também foi apresentada em sessão de Câmara e que replicava um pouco aquilo que se faz, por exemplo, aqui ao lado em Cascais e nesta época era tão fundamental que isso acontecesse, que era a isenção do pagamento de parquímetros nalgumas zonas, como nós dissemos, na zona comercial, da Estefânia e na Volta do Duche, pelo menos facilitaria, embora seja difícil lá chegar, penso que para chegar lá é obrigatório contornar alguns sinais de passagem proibida, mas que o estacionamento fosse facilitado para que as pessoas pudessem aceder ao nosso comércio, aos nossos restaurantes que estão à mingua, alguns dos quais que estiveram também presentes naquele protesto que tivemos em frente à Assembleia da República, é uma situação nacional, mas encontrei lá empresários de Sintra e era este apelo, para que pelo menos fossem facilitados os acessos ao centro histórico, o estacionamento também, para que possamos salvar alguns postos de trabalho.

A última questão prende-se com aquilo que já dissemos na última sessão. Temos um Executivo de Junta que tem um elemento a menos, não quero aqui discutir termos jurídicos, não sou especialista de modo algum, mas quer-me parecer que se a lei diz que o Executivo tem que ter uma presidente ou um presidente e mais 6 vogais, não serão 5, exige também que a eleição do vogal terá que ser feita na próxima sessão de Assembleia de Freguesia. Já vamos na segunda e não temos essa eleição, gostávamos de saber da parte da Senhora Presidente o que é que tem a dizer sobre isto. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Ora, muito obrigado, Senhor Vogal. Sr. Vogal Paulo Duarte tem a palavra.

Paulo Duarte (CDS-PP): Obrigado. Havia aqui ainda algumas questões que eu queria colocar, questões bastante mais práticas, não tão políticas apesar de todos os suspiros e bruaázinhos de 25 de Abril que por aí se ouve, mas de qualquer das formas, Senhor Presidente, sendo muito mais pragmático, aquilo que está a acontecer e que nós já

tivemos ocasião de falar, na estrada de acesso de Janas para o Mucifal, disse-me na altura que estávamos à espera de uma intervenção e de uma opinião técnica porque havia uns postes da EDP e não sei o quê. Agora, volvidos que são este tempo todo, aquele troço de estrada está encerrada. Com os prejuízos substanciais que tem provocado às populações, e mais do que um freguês que já me falou sobre aquele assunto, eu gostaria de saber se eventualmente há alguma previsão, em que ponto é que isso está e até que ponto, e neste caso também quais são as medidas concretas que têm sido tomadas por parte da Junta para que a situação seja resolvida o mais rapidamente possível, já começou naquilo que nós consideramos ser o papel fundamental de um Presidente de Junta que é chatear e pressionar para que as populações de facto vejam as suas situações e os seus problemas resolvidos.

Queria também deixar aqui uma nota, Senhor Presidente, Tudo aquilo que o Paulo Parracho disse é obviamente subscrito também pela Bancada do CDS e queria também deixar só aqui uma pequena nota: de facto, o Senhor Presidente é muito mais lesto a marcar qualquer espécie de reunião extraordinária quando lhe é pedida pelo Executivo do que quando lhe é pedida por alguma das Bancadas desta Assembleia. Não posso, e com toda a amizade e consideração pessoal que tenho por si, não posso obviamente deixar de lhe tomar esta nota e deixar de facto que convém ter outro tipo de atitude, obviamente que vamos votar a favor a moção da CDU. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhores Vogais. Passo a palavra então ao Sr. Vogal Victor Oliveira e concluímos as inscrições no PAOD tendo em conta que, com exceção do Bloco de Esquerda e do PS, esgotaram os tempos. Depois passaria a palavra à Senhora Presidente de Junta e por fim fazíamos a votação da moção.

Victor Oliveira (PS): Boa noite a todos, boa noite, Senhora Presidente, boa noite, Senhor Presidente da Mesa, boa noite a todos os Vogais e a demais público presente. Eu só pedi da palavra por causa desta última intervenção do Sr. Vogal Paulo Parracho sobre a questão da obrigatoriedade de o Executivo da Junta ter 6 vogais. A lei diz logo no n.º 1 sobre esta matéria que o Executivo da Junta é composto por 1 presidente e

vogais, não obstante depois no restante articulado vir a dizer o número de habitantes por freguesia e também o número de vogais existente. E no último diz que em freguesias com mais de 20.000 habitantes há 6 vogais. Conjugando estas duas normas não se pode tirar daqui uma conclusão tal como o Sr. Vogal Paulo Parracho tirou de uma obrigatoriedade efetiva de ter que ter 6 vogais. Portanto, terá até 6 vogais. Porquê? Porque o n.º 1 diz 1 presidente e vogais, não diz 1 presidente e obrigatoriamente o número de vogais nos termos dos números seguintes. Porque se assim fosse, no restante normativo iríamos à última alínea ver qual era o número de habitantes da freguesia, então teria que ter isso. Mas não é isso que diz. O que quer dizer que desde que haja uma pluralidade de vogais, tem é que haver uma pluralidade de vogais, objetivamente a Junta funcionará. Portanto, e funcionará legitimamente dentro dos termos da lei. Aliás, o que eu estou a dizer é uma situação comum em variadíssimas Juntas pelo país todo, variadíssimas Juntas. Portanto, não é uma questão. É, se for necessário, foi por isso que eu decidi intervir para clarificarmos todos aqui de boa-fé, dizermos não é bem uma questão porque não existe essa obrigatoriedade. Caso existisse, naturalmente que o Partido Socialista já teria resolvido a questão e estariam ali 6 vogais. A Senhora Presidente até ver, pelo que se parece, está a entender que funciona corretamente assim. Enquanto for esse o entendimento dela teremos que respeitar porque está dentro daquilo que a lei diz. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. A Mesa vai só fazer um pedido de esclarecimento ao grupo do PSD porque não nos chegou nenhum pedido de substituição do Sr. Vogal Alexandre Sebastião. Até agora não chegou. Era para saber se tem algum pedido de substituição para que possamos ter o quórum regularizado. Portanto, não temos aqui ainda nenhum pedido, mas aguardamos pelos serviços para verificar essa situação, e se tiverem o *e-mail* poderão reencaminhá-lo e assim facilita a logística.

Passo agora a palavra à Senhora Presidente.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, Senhores Vogais, membros do Executivo,

colaboradores da Junta, fregueses aqui presentes e um agradecimento muito especial ao SMAS na presença do seu diretor, Dr. Carlos Vieira, que hoje se disponibilizou para estar aqui connosco e que é extensivo aos respetivos colaboradores também dos SMAS que também fazem o favor e disponibilidade de estar aqui connosco.

Efetivamente esta Assembleia foi solicitada por mim porque necessitamos de colocar à apreciação e votação uma 2ª modificação a um protocolo que já existe. No entanto, antes de passar a essa situação eu vou tentar responder aqui a algumas das perguntas que me foram colocadas.

Sr. Vogal Luís Oliveira, irei fazer-lhe chegar a resposta e informação sobre os pontos que eu não tenho aqui comigo, são muitos, alguns tenho conhecimento deles, os outros irei fazer chegar a si e aos restantes Vogais por escrito.

Em relação ao cruzamento do Bairro da Lapa, eu sei qual é a situação que descreve e que se arrasta há vários meses. Foi colocada sinalização a proibir virar à esquerda para os veículos ligeiros, no entanto, os pesados, nomeadamente os veículos de transporte, continuam a virar à esquerda e os ligeiros só à direita. É realmente complicado, aquilo é um cruzamento difícil, o que me foi dito, neste caso foi dito ao Presidente Fernando, foi que as viaturas pesadas podem virar à esquerda porque têm altura suficiente e permite-lhes ter uma boa visibilidade. No entanto, irei avaliar junto da Divisão de Trânsito da Câmara de Sintra se essa continua a ser favorável ou se há necessidade de ajustar.

A cobertura da escola está efetivamente feita, penso que estará a funcionar, no entanto, poderei avaliar e depois dar-lhe a resposta.

A construção do passeio de Cabriz-Lourel é realmente uma pretensão de todos os moradores, os fregueses, tanto de Cabriz como da Várzea, como de Lourel e até de Sintra. Há estudos feitos e está bem encaminhado para ser feito um passadiço que irá sair de Lourel até à Ribafria. Da Ribafria até Cabriz não é tão fácil assim, há ali uma parte que já tem passeio onde existe aquela urbanização, há ali depois um troço que não tem, as bermas são muito estreitas, tanto de um lado como de outro, e implica expropriar terrenos que são privados. No entanto, não é uma questão que está

arrumada, iremos continuar a insistir junto da Câmara e tentar arranjar ali uma solução que poderá também eventualmente, não posso dizer datas nem se calhar será no próximo ano, mas talvez fazer a continuação do passadiço se for esse o entendimento porque isto será uma obra feita pela Câmara de Sintra. Nós iremos acompanhar, vamos insistir, vamos pedir que seja, que é importante para a população, mas, portanto, não depende só de nós.

O passeio pedonal entre Campo Raso e o Modelo, eu própria já fiz aquele troço de carro e a pé, e não é uma situação fácil porque atravessa ali a saída do A16, terá que haver ali uma passagem que não me parece que seja muito, mas eu não sou *expert* em trânsito nem pouco mais ou menos, mas aquela saída do A16 que vai depois apanhar a estrada que vai para Fervença, a estrada principal, é muito movimentada e fazer ali uma passagem de peões não é fácil, no entanto, vou continuar a insistir qual é a alternativa dado que a população de Campo Raso pode-se deslocar a pé ao Modelo e até Lourel, e nas condições que está é difícil, não irei deixar esse assunto arrumado, portanto, irei continuar junto da Câmara e da Divisão de Trânsito, ver qual é o estudo possível para solucionar essa situação.

A obra do Barrunchal, a estrada está concluída, pelo menos o pavimento está concluído, falta a sinalização, a sinalização horizontal ainda antes do fim de semana passei por lá, andei ali naquela zona toda, portanto, falta a sinalização horizontal, está a decorrer neste momento lá umas obras por parte da Câmara de Cascais que estão a abrir um pouco, um bocado do pavimento e, portanto, penso que quando essas obras estiverem concluídas será feito depois a sinalização horizontal.

O terminal da Portela é um assunto que já se arrasta também há algum tempo, no entanto, do lado da rotunda existe abrigos, não são os melhores, é verdade, mas existe, do outro lado já foram colocados 2 abrigos, dado que não existia nada, no entanto, há cerca de 2 meses foram colocados. O problema das casas de banho não é um problema fácil, não há ali uma rede de águas e esgotos que permita fazer uma solução definitiva, pelo menos a curto prazo, pensámos numa solução de WC's portáteis, não está arrumada, talvez numa situação provisória avancemos para essa

solução, no entanto, depois temos que ver convosco, aquilo não pode estar aberto 24 horas porque seria vandalizado, portanto, temos que depois articular com os utentes dos transportes e mesmo convosco essa situação, portanto, está em cima da mesa também.

Os assaltos no parque de estacionamento são uma situação preocupante e temos conhecimento de quase todas as semanas uma situação ou outra, da nossa parte foi feito um *e-mail*, foi dado conhecimento à Polícia Municipal, no entanto, por parte da Câmara de Sintra o recinto já está iluminado, o que permite estar muito mais visível a quem passa e a quem estaciona lá as viaturas. Da parte da Polícia Municipal aquilo não é um parque pago, não podem ter lá um agente 24 horas ou pelo menos 14 horas por dia, no entanto, deram-nos a garantia que irão passar muito mais vezes durante o dia para ir acompanhando essa situação. Durante o dia irão passar muito mais vezes que aquilo que têm estado a passar, portanto, é um compromisso da parte da Polícia Municipal, na pessoa do seu diretor, e também com a Câmara porque isto é uma preocupação nossa, é uma preocupação dos utentes, uma preocupação da Câmara e dos fregueses e, portanto, todos nós estamos aqui em sintonia para que haja ali mais uma vigilância, se bem que não podemos ter lá um posto permanente de vigilância e controlar entradas e saídas.

Em relação ao centro histórico, eu não percebi qual é a cobrança da quantia a que se refere, depois no fim diz-me para eu verificar.

Quanto ao encerramento da Visconde de Monserrate respondo a si e respondo também já aos Vogais da Bancada que colocaram essa questão: aquele troço tem realmente demorado mais tempo, mais tempo do que o que se calhar estaria previsto, no entanto, o que se está a fazer é fazer todas as infraestruturas que são necessárias desde rede de águas e esgotos, desde eletricidade, desde comunicações, para que todas essas infraestruturas fiquem no subsolo e depois então poder fazer o pavimento. Como calculam, articular todas estas entidades que são autónomas não é fácil de gerir, portanto, tem-se tentado caminhar juntos, penso que não estará para muito mais tempo, mas o que se pretende é que esteja as infraestruturas todas feitas para depois

pavimentar e ficar uma solução definitiva. Tem realmente alguns constrangimentos, mas penso que no fim todos daremos valor àquela obra que realmente era necessária.

Passo já agora também um bocadinho aqui ao que o Vogal Paulo Parracho disse, a vila não tem efetivamente o número de visitantes que nós tínhamos por toda a situação que nós sabemos, no entanto, posso-lhe dizer que durante este fim de semana mais que uma vez me desloquei e estive na vila e no centro histórico durante o tempo que é permitido nós estarmos na rua e vários estabelecimentos tinham fila de espera, no qual eu também estive, e muitos visitantes, muitos fregueses, cruzei-me com muita gente, muita população de Sintra que aproveitou até no caso dos dias em que esteve bom a passearem com as crianças, muitas famílias, o que me alegrou, deu-me assim uma sensação de estarmos a voltar um bocadinho ao passado, claro que sabemos que isto é temporário, portanto, há realmente, como todos sabemos, uma redução de visitantes que decorre da calamidade que vivemos, no entanto, também não é assim tão crítica porque sempre que há melhoria de tempo e sempre que as pessoas podem, deslocam-se e continuam a visitar e a estar presentes, e a frequentar os nossos estabelecimentos, o que é bom porque é isso que nós pretendemos todos.

Na Abrunheira penso que o Luís se referiu ao problema da farmácia, o posto móvel é a farmácia, é isso?

Luís Oliveira (CDU): Não, da GNR, peço desculpa.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Então, da GNR. Eu dar-lhe-ei informação depois, porque eu não tenho informação sobre isso, está bem? Sobre a entrada na Abrunheira penso que se está a referir ali à zona do Forno. Não tenho também resposta. Irei junto da Câmara saber o que é que está definido, em tempos falou-se aí numa alternativa, não sei se avança, se não avança, mas irei junto dos serviços camarários saber essa informação. Aquilo que não respondi dar-lhe-ei depois resposta por escrito.

Sr. Eduardo Casinhas, meu caro amigo, muito obrigada pelos cumprimentos que me dirigiu a mim e ao Executivo.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): A si, a si, a si.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Foi a mim? Pronto, está bem. Quando fala dos terrenos, penso que se está a referir aos terrenos que são propriedade da Junta que o Sr. Eduardo Casinhas tão bem sabe porque foram escriturados no seu mandato. Está pedido pela parte da Associação dos Avós um terreno, que eu vim a saber agora recentemente, mas que não pretendiam desafetar aquela parcela dos 27 hectares, pretendiam sim uma parcela ali perto dos Sininhos. No entanto, e porque eu também lhes disse que aquele terreno era um terreno muito pequeno e que tinha umas caraterísticas que não seria o mais adequado apesar de eles dizerem que chegava perfeitamente esse terreno de 4 mil e tal metros, penso que eles irão ter uma solução mais viável, muito melhor localizada e, portanto, o Sr. Nuno Biscaia está em negociação com a Câmara e eu estou a acompanhar também com ele para uma solução de um terreno com uma localização melhor e com uma morfologia melhor.

Em relação ao apoio da técnica que falava, temos desde novembro, fins de outubro, uma psicóloga clínica a exercer funções connosco para dar todo o apoio e não tem chegado o que tem sido solicitado via as nossas assistentes sociais e que nesta altura tão necessário é para ajudar a população neste período.

Sobre o Jardim Romântico, passando agora ali ao nosso Vogal Paulo, eu fui apenas convidada, foi uma cerimónia restrita, fui convidada como Presidente de Junta, não estava mais ninguém do nosso Executivo nem da nossa Assembleia, quem estavam eram dirigentes da Câmara bem como os Vereadores, portanto, mais ninguém estava nessa cerimónia, portanto, isto passa e sai, o convite é feito da parte da presidência, do GRIP, portanto, eu nada tenho a dizer ou a justificar sobre isso. Sobre o projeto, eu não tenho ainda esse projeto senão até o poderia ter trazido aqui, mas poderemos trazê-lo numa outra apresentação desde que os serviços me o enviem, não o tenho ainda, assisti no momento à apresentação, mas não tenho, mas irei ver se conseguimos o projeto para dar conhecimento também aqui a todos.

Os acessos ao centro histórico já falei um bocadinho, portanto, estão realmente condicionados, no entanto, deixe-me lhe dizer que eu não tive problema nenhum a ir

para o centro histórico e fui de carro, não fui a pé, pronto, podia ter ido a pé, mas fui de carro, não tive problema a estacionar, estacionei já quase para cá do Parque da Liberdade porque realmente, como eu já disse, havia muita gente na vila e não vi nenhuma dificuldade em as pessoas terem acesso por um lado ou por outro, conseguem ter acesso à vila e daí termos tanta gente.

Em relação ao termos menos um membro no Executivo, portanto, o Vogal Vítor já respondeu.

A Estrada de Janas, em relação à pergunta que o Paulo referiu: não está fácil aquela resolução, aqueles terrenos continuam a ceder à medida que as chuvas aumentam. Existe, como eu lhe disse, aquele ponto de luz que tem que se perceber a estabilidade, os vários serviços da Câmara já fizeram vários relatórios, os diversos serviços já efetuaram relatórios, estamos a juntar esses relatórios, falta agora o relatório da EDP para se pronunciar se deve ou não tirar dali aquele posto de iluminação para a Câmara depois proceder ou abertura de uma faixa, ou a empreitada da beneficiação da estrada. Aquela situação que tinha pedido que estava confusa de reforço dos sinais foi lá colocado e penso que ajudou.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Já fecharam as inscrições agora para o PAOD, vamos avançar para a votação da moção da CDU. Só um pequeno esclarecimento da minha parte quanto à questão da moção da CDU: tendo em conta que a moção recai diretamente sobre o Presidente da Mesa e as suas competências, como é óbvio não irei participar nessa votação, mas, no entanto, gostaria de esclarecer que relativamente ao texto da moção que diz que estabelece a lei e o regimento que a mesma termine à meia-noite do dia em que se realiza, não é verdade, não existe nada na lei nem no regimento sobre essa questão, o que existe é que quem tem o poder para convocar as Assembleias é o Presidente da Mesa da Assembleia independentemente da hora a que comece ou da hora que acaba, portanto, isso é um poder discricionário do Presidente da Mesa, que esse poder muitas vezes é partilhado com os líderes das várias Bancadas em sede de Conferência de Líderes onde é estabelecido um horário para as Assembleias e daí também ficar um

bocadinho surpreendido pela posição do PSD e do CDS nomeadamente porque na última Assembleia a convocatória foi exatamente a mesma e não houve essa nota de repúdio, portanto, é uma inovação em relação à última convocatória, mas terei em atenção essa questão nas próximas Conferências de Líderes.

Quanto à questão de marcar Assembleias de Freguesia extraordinárias, umas mais rápidas, outras de forma menos expedita, aqui a questão é que o Presidente da Mesa da Assembleia tem um prazo legal para as convocar a partir do momento em que são devidamente solicitadas nos termos da lei. Portanto, o prazo, se não estou em erro, até será de 5 dias e gostaria de saber qual é que foi, quando houve realmente um pedido formal de Assembleia de Freguesia extraordinária em que o Presidente da Mesa excedeu o prazo de 5 dias, em que situação concreta é que isso aconteceu.

Quanto à questão das ilações, são simples, todos nós aqui fomos eleitos, eleitos democraticamente, eleitos pelo voto direto e universal do povo, pelos nossos fregueses e foi assim que tive a honra de ocupar este lugar e também será assim que deixarei de ocupar esse lugar, portanto, e todos nós temos que ter essa humildade democrática. A questão das ilações é porque algumas pessoas ficam menos desagradadas pela interpretação e pela aplicação do regimento e da lei, mas isto são as normas democráticas e que advêm de órgãos de soberania, não é o Presidente da Mesa que elabora a legislação nacional e o regimento, como sabem, foi elaborado numa comissão conjunta onde todos tiveram oportunidade de participar.. Dito isto e não participando na votação vou então submeter a votação da moção da CDU.

A moção é aprovada com 10 votos a favor e 8 abstenções. Pronto. Avançamos então para o período da ordem do dia. Ponto n.º 1 "Apreciação e votação da Proposta n.º 192-UFS/2020 – 2ª Modificação ao Contrato Interadministrativo de colaboração existente entre a União das Freguesias de Sintra, a Câmara Municipal de Sintra e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra (SMAS) relativamente a limpeza pública de resíduos sólidos urbanos.". Tem desde já a palavra a Senhora Presidente de Junta que já se inscreveu e estão abertas as inscrições para este ponto.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Boa noite a todos novamente, não irei demorar muito tempo. Sobre o prolongamento deste protocolo, é uma 2ª modificação, prende-se com a avaliação que foi feita através dos SMAS e da Tratolixo em que resultou num aumento de praticamente o dobro de recolha de resíduos sólidos (monos, verdes e grandes objetos), levando a esta avaliação da necessidade de fazermos uma 2ª modificação. Já tinha sido feita uma 1ª modificação em setembro deste ano, ao qual foi afeto mais 1 posto de trabalho, portanto, inicialmente foi-nos atribuído verba para 1 viatura e 2 postos de trabalho no final de 2018, em setembro deste ano 2019 foi-nos atribuída mais uma verba para alocar mais um posto de trabalho e analisando este aumento de resíduos e para que se consiga num acordo e numa cooperação entre Câmara, SMAS e Junta ter as nossas ruas o mais limpas possíveis, foi feito agora esta 2ª modificação que nos atribui uma verba para mais 1 viatura e 2 postos de trabalho. Portanto, ficaremos assim com 2 viaturas e 5 postos de trabalhos e é dessa forma que é hoje apresentado aqui para apreciação esta 2ª modificação ao protocolo.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Sra. Vogal Cristina Rodrigues da CDU tem a palavra.

Cristina Rodrigues (CDU): Muito obrigada. Boa noite a todos, ao público, à Mesa, aos funcionários, aos Senhores Vogais e à Senhora Presidente, que seja um resto de mandato frutífero. Em relação a este ponto eu tenho três questões ou a CDU tem duas questões e temos uma declaração final. Em relação à aquisição das viaturas, de mais 1 viatura, se a mesma é paga pela totalidade pela Câmara; se é paga na totalidade pela Câmara ou também a Junta vai ter que entrar com alguma verba e pressupõe-se que a mesma fique em nome da Junta, a viatura. Temos a ata do Executivo onde foi aprovado este contrato interadministrativo, mas não temos a ata de aprovação da Câmara. Tem que haver uma ata de aprovação da Câmara em como o contrato foi aprovado na Câmara, certo?

Sobre a 2ª modificação ao contrato interadministrativo de colaboração entre o Município de Sintra, os SMAS e a Freguesia sobre a limpeza pública e recolha de

resíduos, a assinatura deste contrato interadministrativo em 2018, em ano em que se estavam a preparar as transferências de competências veio demonstrar pela alteração agora introduzida de que o princípio de que as transferências a executar devem ser transferidas com a garantia de meios materiais e financeiros adequados ao cumprimento das mesmas, não estavam plenamente asseguradas e daí que a CDU tenha votado contra. Importa agora salientar que essa correção é realizada aumentando-se os meios materiais (mais viaturas) e financeiros (mais verba e mais trabalhadores), o que significa uma melhoria considerável do serviço público. É de referir que a recolha de monos, verdes e RCD's e outros resíduos que se tem vindo a acumular junto aos pontos de deposição de resíduos sólidos urbanos ou em locais ermos, florestais, agrícolas constitui um crime ambiental e uma verdadeira praga no município. A execução desta competência pelas Juntas de Freguesia que conseguem executar com mais proximidade esta competência devem permitir a libertação de mais meios dos SMAS para a atividade de recolha de resíduos sólidos urbanos que se encontra sob grande pressão. Para se garantir um serviço público de qualidade é necessário garantir meios humanos e materiais adequados de forma a que não exista nenhuma dúvida dos munícipes quanto à sua execução. O presente contrato deve ainda assegurar vínculos laborais de proteção dos trabalhadores, não sendo aceitável a existência de trabalho precário num trabalho que é efetivo e duradouro. Assim, a CDU continuará a pugnar pelo reforço dos serviços públicos essenciais porque eles são o garante da prestação de serviços públicos de qualidade. Obrigada.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhora Vogal. Obrigado. Vou fazer chegar isto aos serviços. Tem a palavra então a Senhora Presidente de Junta.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Vogal Cristina Rodrigues, em relação às perguntas que referiu, a viatura é paga na totalidade pelos SMAS. Isto é um protocolo feito entre os SMAS e a Junta de Freguesia, em que a transferência de verba é na totalidade feita pelos SMAS. Cada viatura tem o valor de 43.500,00. Portanto, a Junta de Freguesia não tem aqui qualquer custo na aquisição desta viatura bem como

na sua transformação e adequação à recolha de resíduos. Os postos de trabalho que são afetos a este serviço são postos de trabalho contratados a termo certo, não são avenças, são pessoal contratado. E a termo certo porque isto não é uma competência, é uma delegação ainda. Só para completar há pouco o que eu não disse, de janeiro a outubro deste ano a União das Freguesias de Sintra recolheu 264 toneladas entre monos e verdes, que me faltou há bocado, o que reflete a necessidade de uma maior articulação e de fortalecer e reforçar este serviço, e daí esta necessidade de fazermos esta 2ª modificação que foi reconhecida e muito bem pelos SMAS. Ainda, esclarecer que não tem que haver ata de aprovação da Câmara porque isto é um protocolo celebrado entre os SMAS e a Junta de Freguesia.

Carlos Vieira (SMAS): Não, não.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Então, passo a palavra ao senhor administrador dos SMAS só para fazer então esse pequeno esclarecimento. Dr. Carlos Vieira, tem a palavra.

Carlos Vieira (SMAS): Só em relação à aprovação, é feita a aprovação no Executivo de Freguesia, depois na Assembleia de Freguesia e só posteriormente será levado aos órgãos da Câmara Municipal, neste caso conselho de administração dos SMAS e reunião de Câmara, e posteriormente Assembleia Municipal.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Vogal Rui Frias Moreira.

Rui Frias Moreira (BE): Obrigado. Obrigado, Senhor Presidente. Vinha só perguntar à Senhora Presidente de Junta se nos podia explicar o valor porque o valor é de 80.000,00€, é o reforço anual, parece-me ser aqui o reforço anual de 80.000,00€ para 2021, 2022 e 2023, sabendo que num destes anos vai haver a aquisição da viatura o porquê de o valor ser igual ou não haver um valor diferenciado nos vários anos. Não sei se fui explícito o suficiente.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Senhora Presidente, tem a palavra.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Ao Sr. Vogal Rui, este valor é o valor que vai ser atribuído anualmente para as despesas com o pessoal e manutenção das viaturas. O valor da viatura não está englobado nestes 80.000,00€. Estes 80.000,00 reportam-se às despesas com os 5 postos de trabalho e a manutenção das 2 viaturas. A verba da viatura é à parte, são os 43.500,00.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhora Presidente. Tem a palavra o Sr. Vogal Paulo Parracho.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Mais uma vez boa noite. Para além de umas questões iniciais, algumas já foram aqui respondidas, nós queríamos saber que tipo de contratos de trabalho seriam celebrados com os funcionários porque na primeira fase deste protocolo ou, enfim, deste acordo, o que estava previsto e foi na altura assumido pelo anterior Presidente de Junta era que seriam tarefeiros aqueles que iriam desempenhar esta função e daí também algumas reticências que levantámos em relação a esta matéria.

Aquilo que falta aqui para além da ata da Câmara, não sei se a lei mudou, se os procedimentos mudaram, a primeira versão, depois a 1ª alteração do protocolo, foram primeiro à Câmara, foram aprovadas na Câmara na Assembleia Municipal e só depois é que vieram à nossa Assembleia de Freguesia. Enfim, é uma questão processual, a nós o que nos interessa é que de facto esta matéria vá para a frente que é urgente, a Freguesia precisa, mas temos algumas dúvidas, algumas delas foram levantadas na primeira versão deste protocolo, eu chamo-lhe protocolo porque acho que é mais fácil de entender, e eu trazia aqui a ata de 29 de outubro de 2018 em que algumas das questões que nós levantámos provam-se agora 2 anos depois que tínhamos toda a razão e que votámos contra nessa, numa das poucas ocasiões embora sejamos muitas vezes aqui acusados de votar contra tudo, não é verdade, esta sim foi uma das poucas ocasiões em que o PSD e o CDS votaram contra nesta Assembleia de Freguesia e fundamentámos, e agora 2 anos depois vêm dar-nos razão finalmente, mais vale tarde do que nunca. Mas eu vou só citar a ata em que dizia eu, está aqui escrito: "Este contrato foi proposto pela Câmara ou foi negociado entre a Câmara? Houve alguma

negociação entre a Câmara e a Junta? A Junta teve algum papel? O Executivo teve algum papel na negociação, na elaboração deste contrato ou foi a Câmara que propôs o contrato desta forma? Portanto, houve alguma negociação bilateral, digamos assim?" Isto é o que está aqui escrito. Não foi bem assim que eu disse, mas pronto, é o teor. Era a pergunta que eu fazia. E agora queria saber o mesmo, se foi negociado, se este valor foi negociado.

Falta aqui também uma estimativa de custos, 80.000,00€, enfim, é muito lato, não sabemos quanto é que ganha cada funcionário, quais são os encargos legais com Segurança Social, com tudo isso, 80.000,00€ dá ideia que passamos aqui um cheque em branco, não está em causa, mas queríamos saber de que forma será utilizado este valor. Isto porque também na mesma reunião de Assembleia dizia eu: "A Junta de Freguesia devia ter negociado, devia ter imposto uma diferenciação em relação a outras freguesias mais pequenas. A nossa dimensão exigia mais meios do que propriamente freguesias mais pequenas que não têm a mesma realidade. 1 camioneta, 2 funcionários que estão em Janas, não estão no Barrunchal, para chegarem de Janas ao Barrunchal demoram o tempo que todos nós sabemos." Isto para dizer que na altura nós questionávamos, dizíamos que era pouco, não chegava e o tempo veio a dar-nos toda a razão. Dizíamos também que a Junta não tinha tido a capacidade negocial com a Câmara para exigir que estes meios fossem alocados da forma que a Freguesia necessita.

Aquilo que eu queria saber mais uma vez, Senhora Presidente, era se houve de facto negociação, se isto é um protocolo, enfim, igual para todas as freguesias, se mais uma vez estamos em pé de igualdade com freguesias que têm menos território embora mais população, mas que obviamente têm uma necessidade menor do que a nossa, como disse aqui, de Janas ao Barrunchal são muitos quilómetros e muito tempo que de facto agora com duas viaturas será mais fácil de preencher, mas se calhar há freguesias mais pequenas que a nossa que vão estar na mesma situação e mais uma vez aqui não houve essa negociação para reivindicar para nós aquilo que de facto merecemos. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Senhor Vogal. Tem a palavra o Sr. Vogal Eduardo Casinhas.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): Mais uma vez boa noite. Eu queria que a Senhora Presidente apontasse aí que eu fiz 2 pedidos, um deles é as reclamações que a Junta fez que fosse enviado aos membros da Assembleia, lembro-me na altura de ter dito isso, as reclamações acerca do PDM porque foi dito que fizeram reclamações e depois se efetivamente esse terreno de 237.000 metros quadrados, seria uma parte que seria destinada, foi dito também nessa Assembleia que já estava destinado para uma instituição de solidariedade social, e se isso é verdade e qual é. Porque a outra que a Senhora Presidente diz que está em negociação não sei se é aquela que uma instituição vai entregar à Câmara porque não pode construir, porque tem uma...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Senhor Vogal, acho que esse não é o ponto da ordem de trabalhos.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): Pois. É o contrato interadministrativo, se há bocado me tem autorizado para que eu pudesse fazer esta pergunta não a fazia agora, mas penso que isto é um bom esclarecimento porque eu não estou aqui para estar a dificultar, tal e qual como vou fazer agora alguns esclarecimentos acerca disto. Eu não gosto, porque não é assim, que se fale de protocolos, que é um contrato administrativo ou contratos de execução, portanto, são coisas diferentes. A Lei 75/2013 veio clarificar esta situação. Portanto, estamos na presença de um contrato interadministrativo. E o contrato interadministrativo que foi formalizado tem já duas alterações. Portanto, é o primeiro que depois, primeiro é 27, 28, passou para 43 ou 40 e depois agora está em 80, excluindo sempre a viatura, foram suportados por decisões da Câmara. Portanto, como é que estes 80.000,00 e a carrinha surgiram à Junta de Freguesia? É a pergunta que eu faço. A Junta tem algum documento em que diz "meus amigos, agora é isto"? Porque eu sei que há duas freguesias que não foram contempladas, está aqui o senhor diretor que pode confirmar, foi Casal de Cambra e Colares porque não atingiram os montantes que possivelmente a Câmara entende que justifica 1 viatura mais 2 empregados.

Portanto, o primeiro contrato foi suportado com a proposta 701/2018, a 1ª modificação foi suportada com a proposta n.º 638/2020, não encontrei proposta a suportar esta 2ª modificação. E contrariamente àquilo que o meu amigo Parracho disse, o procedimento disto é: a Câmara aprova os novos termos do contrato interadministrativo, os termos aprova, remete à Junta, se a Junta aprovar remete depois a Câmara para a Assembleia de Freguesia, é assim que está, pelo menos as propostas que o dizem. Portanto, eu tenho uma certa estranheza como é que isto aparece, como é que a Junta apareceu com esta proposta aqui porque não está suportada em nada. Meu amigo Carlos Vieira, pois, também pestaneja, não é? Não está suportado em nada. Foi das reuniões às conferências que o Presidente de Junta fazia que se discutiu que isto não dá, que isto é muitas toneladas e, portanto, queremos mais 1 viatura? Se foi assim que digam. "Pronto, a gente acordou que era 80.000,00, fez-se as contas e era mais 1 viatura." Então, faça lá a proposta. Onde é que está a proposta da Câmara? Não existe.

E como o Parracho já disse, os fundamentos que nós tinhamos quando votamos contra agora não existem porque pelo menos eu na altura dizia que os meios eram insuficientes porque só em termos de gasóleo estou convencido que São João, Almargem do Bispo e a União das Freguesias de Sintra devem gastar o triplo ou o quádruplo do que as outras freguesias. E depois, eu custa-me que isto esteja assim feito tudo... vamos andando, mas não é o meu feitio. Eu dá-me o cuidado, fui a algumas porque isto está disseminado, quem quiser pôr na *internet* contratos interadministrativos vê não sei donde, e eu ia ler aqui, por exemplo, da Freguesia de Paranhos, que eu acho que tem, "Acompanhamento e controle", nós temos duas linhas que não diz nada, desculpem mas eu vou ler: "Sem prejuízo do disposto no número anterior, a 2ª outorgante está obrigada para efeitos de controle de boa execução e de cumprimento do presente contrato a: apresentar até ao dia 31 de janeiro e até ao dia 31 de julho de cada ano da vigência do contrato o relatório semestral do qual constam" – portanto, era fácil, se tem que fazer para a Câmara, que esta Assembleia tenha conhecimento desse relatório semestral – "as receitas e

despesas relativas à gestão, conservação e reparação dos equipamentos cuja gestão lhe é delegada; o número de utilizadores (...) – isto, eu quero esclarecer que este contrato interadministrativo abrange determinadas áreas onde está também estas de... "as receitas e despesas relativas à gestão, conservação e reparação dos equipamentos cuja gestão lhe é delegada; o número de utilizadores neste último caso quando houver cobrança de taxas a apresentar; um documento explicativo da alteração da afetação das verbas referentes a este contrato com discriminação dos movimentos financeiros e das atividades ou ações implementadas; o número de lugares atribuídos. O relatório semestral referido no número anterior deve seguir o modelo a conter os documentos que se juntam com o anexo 2." Têm aqui uma quantidade de documentos a preencher por cada *item* que o contrato interadministrativo abrangeu, diversos *itens* e preenchimento de quadros respeitante a esses, são muitos.

E depois, não sei, tenho umas certas dúvidas, mas de qualquer maneira não deixo de transmitir aqui as minhas dúvidas. Eu vi aqui na Câmara de Setúbal também que tem diversos contratos interadministrativos, cemitérios, limpeza de vias municipais, trânsito, toponímia, calçadas, massas asfálticas, construção civil, depois não sei quantos, em que uma justificação quando não são gastos os dinheiros dos contratos interadministrativos são afetadas às outras verbas que o dinheiro não chegou. E eu não sei se neste caso, não consegui ver, se não gastarem os 80.000,00€ se não terá que ser devolvido o dinheiro porque há legislação própria de contratos interadministrativos. Portanto, e seria fácil, portanto, as Juntas que têm efetivamente este contrato interadministrativo fazer efetivamente este controle semestral, nós termos conhecimento e hoje possivelmente a Câmara na proposta que iria fazer se calhar suportava esses elementos porque eram fornecidos pelas Juntas. Agora, não sei como é que apareceu 80.000,00, porque é que não é 90, porque é que não são 3 para a União das Freguesias, são 2 só para os outros, porquê? Porque tratou-se de igual aquilo que não é igual? Pronto, estas são as minhas dúvidas, de qualquer maneira não

estão os fundamentos pelos quais nós votamos contra, não se justificam nesta 2ª modificação.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Senhor Vogal. Tem a palavra a Sra. Vogal Ana Santos e iríamos concluir o período das inscrições depois durante a intervenção da Senhora Vogal.

Ana Santos (PS): Muito boa noite, Senhor Presidente da Mesa, restantes membros do Executivo, os Vogais, senhor administrador dos SMAS e ao restante público. Eu só pedi agora para falar só porque eu no meu trabalho já tratei de vários contratos semelhantes a estes e em tempos já se levantou a dúvida de quem aprova primeiro, Assembleias de Freguesia e a Assembleia Municipal. É muito simples: o que interessa é na altura da assinatura do protocolo as duas entidades já terem aprovado, quem aprova primeiro é indiferente, se é a Junta, se é a Câmara, o que interessa é quando se vai assinar o protocolo estarem os dois aprovados. E já agora, aproveitava que vim aqui, não ia intervir, mas queria fazer uma pergunta à Mesa, era se foi negada a inscrição de alguém para assistir a esta Assembleia de Freguesia. Muito obrigada.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Quanto à questão colocada à Mesa, não foi negada, não foi recusada nenhuma entrada, o limite de participação eram 5 pessoas, inscreveram-se 5, aliás, creio que a última inscrição, Isabel, até foi durante o dia de hoje e nós tínhamos o prazo que é sempre com 24 horas, mas como tínhamos ainda um lugar vago aceitámos a inscrição dessa pessoa, portanto, não houve limitação de nenhuma inscrição e mais uma vez nós temos tido esta questão de ter tido sempre participação do público desde que começaram estas medidas de maior restrição, nomeadamente nas Assembleias de junho, na de setembro, agora na de novembro e agora na primeira de dezembro, portanto, orgulhamo-nos também desse trabalho e desse esforço que temos estado a fazer de a nossa Assembleia ter tido sempre público e público presente e participativo. Não temos mais ninguém inscrito, passo então a palavra à Senhora Presidente e depois avançávamos para as votações. Obrigado.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Respondendo às questões levantadas agora pelos Senhores Vogais, efetivamente este contrato interadministrativo, vamos chamar as coisas como elas são, teve negociação. O Sr. Eduardo Casinhas já foi adiantando que houve duas Juntas de Freguesia que não foram contempladas com esta modificação. Isto resulta do levantamento dos relatórios que foram feitos, das quantidades de recolha de resíduos, de monos, que foram feitas ao longo deste ano, isto foi analisado e verificou-se que havia Juntas de Freguesia que necessitavam de um reforço. Este reforço foi negociado, começou por até ser atribuído só 1 posto de trabalho, passámos para 2 e foi incluída a manutenção das viaturas. Os 80.000,00 advêm de o vencimento dos funcionários, as obrigações legais e a manutenção da viatura, como é os seguros e toda a manutenção que tem que ser feita. Penso que está esclarecido.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Nada mais havendo a acrescentar avançamos para a votação da proposta 192-UFS/2020 – 2ª Modificação ao Contrato Interadministrativo de colaboração existente entre a União das Freguesias de Sintra, a Câmara Municipal de Sintra e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra relativo a limpeza pública de resíduos sólidos urbanos. Quem vota contra? Quem se abstém? E os restantes votam a favor, portanto, é aprovada a proposta 192 com 8 abstenções e 11 votos a favor.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Tem a palavra então o Sr. Vogal Eduardo Casinhas para uma declaração de voto.

Eduardo Casinhas (PPD/PSD (Ind.)): A nossa abstenção resulta de não existir documento que suporte efetivamente esta apresentação da proposta da Junta de Freguesia. Houve negociações, eu sei que houve negociações, portanto, isto materializava-se numa proposta tal e qual como foi na outra. Para outra diz que é 1 viatura e mais dinheiro, depois a outra mais 2 trabalhadores e esta agora vinha 2 trabalhadores, mais viatura e 80.000,00. Portanto, não há proposta da Câmara, proposta, quero eu dizer, apresentado o novo contrato interadministrativo para ser validado, ali como a Vogal Ana Santos disse, é verdade, portanto, só depois de estar as

3 entidades, é verdade o que diz, mas o que tem sido aqui prática é a Câmara aprovar o contrato administrativo, vir à Junta fazer a proposta e nós aprovarmos ou rejeitamos. Portanto, não existe o facto. Tenha paciência.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. Avançamos então para o 2º ponto da ordem do dia que é a apresentação do projeto dos SMAS na remodelação das redes de abastecimento de água e construção de ciclovia na Portela de Sintra, mas creio que o senhor administrador também queria fazer, também aproveita e fazia já também a apresentação do projeto de construção do Ecocentro de Vale Flores.

Se não houver objeção por parte dos Vogais desta Assembleia faríamos então as duas apresentações de seguida e depois os pedidos de esclarecimento sobre as apresentações faríamos o 2º ponto e o 3º ponto em conjunto. Senhora Presidente, tem a palavra.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Mais uma vez agradecer ao Dr. Carlos Vieira por a sua disponibilidade, achamos que esta apresentação tem uma grande importância dado a dimensão da obra. Esta obra será uma intervenção que eu há longas datas que resido nesta Freguesia e nunca me lembro de uma intervenção de fundo como vai ser realizada. Esta intervenção terá 7.210 metros de conduta e 324 ramais que serão daqui a pouco esclarecidos e muito bem demonstrados, e terá um custo de 2.757.000,00€. Paralelamente com esta obra será feito em simultâneo também a ciclovia e penso que será uma intervenção que vai resolver grande parte dos problemas que têm estado a acontecer, inclusive este fim de semana houve uma rutura bastante grande aqui na Avenida do MFA que privou do abastecimento de água a população durante várias horas. Sobre também ainda esta apresentação e sobre este projeto e o projeto de Vale Flores que irá ser apresentado também a seguir será feito um folheto de divulgação e informação à população dado que esta obra, nomeadamente esta dos SMAS, terá a duração de 34 meses, será uma obra muito longa, vai criar constrangimentos, dificuldades, mas é necessária que seja feita. Portanto, os nossos redes de esgotos estão obsoletos, as nossas condutas rompem

quase todas as semanas, portanto, é muito necessária. Como todas as obras causam dificuldades, causam problemas, constrangimentos, mas terá que ser feita. Daí ser feita esta informação junto dos fregueses para minimizar ou pelo menos antecipar um bocadinho o que é que vai ser feito.

O Ecocentro de Vale Flores é também uma obra de grande dimensão que vai ter a duração de 1 ano, de 1.800.000,00€, será também feito um folheto de divulgação informativo junto da população. Este centro em Vale Flores não foi escolhido por acaso, é um terreno municipal, é um terreno onde as acessibilidades são muito boas e está localizado numa densa área populacional. Vai dar resposta a uma grande reciclagem, receção e reciclagem, reaproveitamento de vários materiais, tão necessária nesta fase em que o nosso planeta começa a estar esgotado e começa a ser necessário implementarmos projetos para que os nossos resíduos tenham um aproveitamento e não seja tudo deitado fora sem utilidade. Obrigada, mais uma vez.

Carlos Vieira (SMAS): Boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Presidente de Junta, Executivo, membros da Assembleia, em primeiro lugar bem-vindos aos SMAS, quero agradecer também esta oportunidade de poder dar a conhecer alguns dos projetos que estamos a desenvolver no Município de Sintra e nomeadamente na União das Freguesias de Sintra.

Vou pedir um pouco só da vossa paciência, eu sei que são só dois pontos que estão aqui e que passam essencialmente pela obra da Portela de Sintra e também pela obra do Ecocentro de Vale Flores, não posso, no entanto, deixar de aproveitar esta oportunidade para dar mais alguma informação. Só relativamente ainda ao ponto anterior e só para acrescentar relativamente a uma das questões que foi levantada, os 80.000,00€ relativamente ao contrato interadministrativo significam então as 5 pessoas que estão associadas ao mesmo e os 5.000,00€ de manutenção para cada uma das viaturas.

Relativamente ao acompanhamento e controle, o acompanhamento e controle é feito todos os dias, portanto, todas as viaturas que estão afetas às Juntas de Freguesia possuem um cartão para entrega na Tratolixo e, portanto, todos os dias entregam na

Tratolixo o que levam com a viatura e, portanto, existe um registo diário de tudo o que é entregue na Tratolixo. Passando então aqui à informação institucional, dando um pequeno enquadramento, os SMAS de Sintra trabalham e desenvolvem as suas tarefas essencialmente em três áreas, no abastecimento de água, na recolha e transporte de resíduos urbanos e no saneamento das águas residuais urbanas. Como sabem, temos um concelho extenso com cerca de 320 quilómetros quadrados e quase 400.000 pessoas, o que só por si acarreta uma série de complexidade a todos estes processos.

Relativamente à questão do abastecimento de água, os SMAS de Sintra têm cerca de 190.000 clientes nesta altura, temos uma rede de 1.800 quilómetros, mais de 66.000 ramais, 53 reservatórios, 33 estações elevatórias e fornecemos por dia em Sintra cerca de 70.000 m^3 de água. Aqui só referir um aspeto que nos parece muito relevante e que tem a ver essencialmente com um dos principais indicadores de eficiência das entidades gestoras que tem a ver com a questão da água não faturada: os SMAS de Sintra estabeleceram ou conseguiram alcançar pela primeira vez na sua história um valor abaixo dos 20% o ano passado e, portanto, isso é também digno de registo para uma entidade que tem 1.800 quilómetros de rede.

Depois na área do saneamento, 187.000 clientes ligados, 1.000 quilómetros de coletores, 61.000 ramais, 16 ETAR's e 27 estações elevatórias. Importa aqui só dizer que na zona sudoeste do concelho, portanto, toda a drenagem é feita para as Águas do Tejo Atlântico.

Na parte dos resíduos temos quase 13.000 contentores no concelho, recolhemos cerca de 14.000 toneladas todos os meses e em 2019 recolhemos 178.000 toneladas. A recolha seletiva aumentou em 2019 cerca de 12%, os dados deste ano são semelhantes e, portanto, estamos a crescer também à volta dos 10% na recolha seletiva.

Como a semana passada foi também a semana dos resíduos em termos europeus achamos por bem também dar a conhecer um bocadinho do projeto dos óleos alimentares usados, até porque é um projeto que já existe em Sintra há algum tempo e que convém dar a conhecer com mais assertividade.

Portanto, basicamente o que é que pretendemos com este projeto? Que as pessoas não despejem os óleos alimentares usados nos esgotos nem nos contentores. Os municípios com mais de 300.000 habitantes, como é o caso de Sintra, têm um mínimo de 80 oleões que têm que estar espalhados no seu espaço público, a criação da nossa rede optamos por locais públicos, mas também por locais privados de utilização pública através de estabelecimentos de protocolos com uma série de entidades, isto deveu-se essencialmente também porque especialmente os que foram colocados nos locais públicos houve uma série de atos de vandalismo e de roubo de algum destes contentores e, portanto, foi necessário encontrar outras soluções. A quantidade recolhida em 2019 foi de cerca de 10 toneladas, a valorização foi de cerca de 90% do total recolhido. Projeto de requalificação da rede de oleões, aumentamos já em 2020 para mais alguns, chegámos agora aos 98 e durante o próximo ano iremos superar este número.

Relocalização de equipamentos com baixa produção e a requalificação dos equipamentos já instalados, associado a isto sempre o reforço da sensibilização e da educação ambiental. Ser melhor pelo ambiente.

Passando então aqui à apresentação da ciclovia da Portela de Sintra e da obra que os SMAS vão fazer: aproveitamos aqui para dar também mais uma informação, além da empreitada de construção da ciclovia da Portela de Sintra e a remodelação das redes de água e drenagem pluvial trazemos também a informação relativa à remodelação da rede junto à Quinta da Regaleira. Esta é uma obra com um valor de empreitada de cerca de 2.000.000,00€, o prazo de execução são, como a Senhora Presidente referiu há pouco, cerca de 1020 dias, 34 meses, e uma população abrangida de cerca de 5.000 habitantes. Esta é a área de intervenção, portanto, como podem ver, desde aqui da zona que vem de Ouressa, e, portanto, é toda a área de intervenção desta obra que vamos realizar na Portela de Sintra. Isto já é o início da obra, portanto, remodelação da rede de abastecimento de água numa extensão de cerca de 7 quilómetros, onde o que vamos fazer basicamente é substituir todas as condutas, condutas antigas ainda em fibrocimento por novas condutas.

Vamos também remodelar cerca de 336 ramais de abastecimento de água. Aqui apenas uma fotografia da obra que está a ser executada. Esta empreitada compreendeu ainda o desvio deste coletor pluvial, um coletor de 600 que se encontra debaixo das bancadas do Sport União Sintrense, com todos os problemas que isso acarreta, e, portanto, vamos aproveitar também esta intervenção para resolver este problema. Esta remodelação terá ainda a remodelação da parte da rede pluvial no Largo Vasco da Gama, numa zona junto à estação da Portela.

Quanto à questão da ciclovia e apesar de não ser o nosso foco – não é? – mas, portanto, esta obra é feita em conjunto entre a Câmara Municipal e os SMAS de Sintra, e a ciclovia terá uma extensão de cerca de 800 metros e irá pegar à ciclovia que já existe entre a Portela e Ouressa. Aqui podem ver a implantação da ciclovia, portanto, aqui esta zona é a zona onde acaba um dos troços, o troço que vem de Ouressa para a Portela e aqui onde acaba a outra parte já junto à estação da Portela. E, portanto, depois a criação da nova ciclovia. Esta intervenção, e do lado da Câmara também, contempla ainda um arranjo paisagístico destes taludes que estão aqui à volta da Praça Dom Afonso V através de algumas plantações e a resolução aqui do problema dos postes de iluminação pública. O valor da empreitada da parte dos SMAS são de quase 1.700.000,00€.

Só um *slide* relativamente à obra que vamos realizar também junto à Quinta da Regaleira: consiste na remodelação de uma conduta de abastecimento de água com um diâmetro de 200 e vamos resolver uma questão que era necessário resolver há muito tempo e que tem a ver com a rede de saneamento que serve a Quinta da Regaleira e toda aquela área ali envolvente. A extensão desta intervenção é de cerca de 241 metros e de 637 nas águas residuais domésticas. Esta população abrangida tem a ver com o número de visitantes da Quinta da Regaleira e não com a população efetiva daquela zona. Prazo de execução- cerca de 300 dias, valor da adjudicação- 337.000,00€. Esta obra vai iniciar no primeiro trimestre do próximo ano.

Vou só passar aqui então a Vale Flores. Bem, o Ecocentro de Vale Flores, este é o primeiro de 4 Ecocentros que temos planeado para fazer no Município de Sintra, Vale

Flores, Dona Maria, Janas e Massamá. O que é que importa aqui referir antes de começar a apresentação? Um Ecocentro é uma zona de sensibilização ambiental, não é nenhum sítio de deposição de resíduos aleatório, é essencialmente uma zona de sensibilização ambiental como já vão ver pelo projeto que vos vamos mostrar. Imagem do Ecocentro.

Portanto, esta é a zona de entrada de controle das viaturas, depois, como podem ver, existe aqui esta rampa que é a zona onde as viaturas irão subir para poderem depois descarregar nestas zonas de cais que existem aqui à volta onde são instalados uma série de contentores de grande capacidade, 30 metros cúbicos, para diversas tipologias. Como a Senhora Presidente referiu há pouco, o valor de adjudicação é de 1.800.000,00€, esta adjudicação irá ao próximo conselho de administração dia 11 deste mês, depois será feito o contrato e, portanto, será alvo de visto prévio do Tribunal de Contas e iniciaremos a obra no início do próximo ano. Área de implantação, cerca de 8.500 m^2 e tem como princípio orientador basicamente o aumento da recolha seletiva e a sensibilização ambiental.

O Ecocentro, como referi, é dotado de equipamentos de grande capacidade e, portanto, identificado a tipologia de resíduos que podem receber ou que podemos receber em cada um desses contentores e que depois são transportados a destino final, neste caso à Tratolixo. Aqui podem ver a zona da entrada, localiza-se então a portaria para controle de acessos e depois uns armazéns que já vou explicar para que servem. Estes 2 armazéns que podiam ver aqui atrás, aqui vista de cima, são basicamente, um deles para os resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos e um segundo para o FABECOREUSE dos SMAS de Sintra onde teremos uma série de *workshops* sobre a temática ambiental. Este FABECOREUSE é um centro de educação ambiental dotado de uma série de área laboratoriais, neste caso, por exemplo, a oficina de projeto Precious Plastic ou Plástico Circular, em que o simples resíduo do plástico é triturado e serve para matéria-prima para um novo objeto.

Vamos também ter neste espaço oficinas de restauro, oficina de reutilização de pneus, oficina de reparação de bicicletas e outros equipamentos. Portanto, é objetivo dos

SMAS ter aqui uma zona de sensibilização ambiental para receber escolas e outras entidades que queiram visitar este espaço.

Outra área também relevante no âmbito do projeto do Ecocentro de Vale Flores, no exterior junto aos armazéns que vos falei há pouco localizam-se então os compostores e a horta biológica. Aqui numa vista aérea podemos ver o que expliquei no primeiro *slide*, ou seja, a zona dos contentores, as tipologias que vamos receber nestes contentores desde metal, vidro, RCD's, papel cartão, outros, verdes e monstros, como é lógico. Esta é uma plataforma superior que há de estar devidamente salvaguardada, ou seja, a zona de acesso aos contentores devidamente protegida de forma a que as pessoas estejam em segurança quando fazem a descarga dos seus resíduos. Aqui podem ver a zona de implantação do Ecocentro, portanto, é este terreno todo, portanto, todos vocês conhecem, aqui é Vale Flores e, portanto, este terreno pega quase, nunca sei bem se isto é A16, se é a estrada que liga ao IC19, a A16, pronto. E, portanto, a implantação é neste terreno que é um terreno municipal. Como podem ver aqui em baixo existe aqui um espaço que permeia este arruamento e depois esta ligação até ao Ecocentro.

Por fim queria-vos deixar aqui com algumas imagens do Ecocentro. E isto era a apresentação do Ecocentro. Vou só pedir ao Senhor Presidente mais 5 minutos porque não quero deixar de perder esta oportunidade para vos apresentar também muito rapidamente o projeto dos Biorresíduos que é um projeto de extrema relevância para o concelho de Sintra, pelo menos é isso que achamos e que queríamos partilhar um pouco com a Assembleia de Freguesia, até porque este projeto, apesar de termos dito muitas vezes que é na Freguesia de Rio de Mouro, já engloba algumas localidades também na União das Freguesias de Sintra.

Portanto, Bio-Recursos demasiado bons para desperdiçar, Separe-Entregue-Valorize.

Esta é a zona de implantação da solução, portanto, este projeto-piloto que estamos agora a fazer. O sistema de abordagem tem sido este que tem sido utilizado, ou seja, o porta a porta e o telefone sempre que possível. Nesta fase de ativação este projeto vive de uma série de materiais também que temos criado para o projeto,

nomeadamente, a carta do Senhor Presidente, os pendurantes, as monofolhas e mais alguns suportes de divulgação.

Muito resumidamente, porque depois no fim tenho aqui um vídeo de 2 minutinhos que a menina que explica, explica melhor que eu. As pessoas têm estado a receber estes baldes, como podem ver são uns baldes pequenos de 7 litros, e uns sacos verdes. E, portanto, com estes baldes e com estes sacos verdes, as pessoas recebem, colocam na sua cozinha e os restos da confeção alimentar são depois colocados dentro deste saco. No final deste processo fecham o saco e colocam no contentor indiferenciado. Nós fazemos a recolha e transporte a destino final, entrega na Tratolixo e depois vai para valorização, seja para valorização energética ou para compostagem.

Alguns dos materiais que também estamos a utilizar, os Mupis, os *outdoors*, se passarem na Rotunda da Tabaqueira está lá este *outdoor*, acho que é este. O protocolo de segurança sanitária nesta altura de pandemia não podia deixar de ser, até porque este projeto obriga a um contacto muito estreito com as pessoas e, portanto, todo este protocolo de segurança está a ser rigorosamente cumprido. E depois optamos aqui também por uma linguagem acessível que nos pareceu interessante para este projeto, "Mesmo um osso duro de roer pode ser valorizável, não mande lixo orgânico às couves" e outros exemplos semelhantes a este. A entrega do material às pessoas, o dístico, os sacos e a entrega dos baldes.

Uma última chamada para tentarmos sempre que existam mais adesões ao projeto.

Importa referir aqui estes 5 pontos muito rapidamente: a articulação entre as entidades em baixa e entidade em alta. Este projeto é específico, só vive ou só pode ser concretizado e só pode ser um sucesso porque a entidade em alta, nomeadamente, a Tratolixo, e as entidades em baixa, os 4 municípios, Sintra, Cascais, Oeiras e Mafra, estão em completa sintonia e, portanto, estão a trabalhar exatamente no mesmo projeto e a fazer projetos muito semelhantes àqueles que estamos a fazer em Sintra.

Depois, uma grande vantagem que é, como já referi há pouco, a colocação dos sacos de biorresíduos no indiferenciado. Portanto, isto permite-nos o quê? Permite

basicamente muita flexibilidade, ou seja, eu não tenho um dia específico para ter que colocar os meus resíduos na rua, posso colocar sempre que quiser, quando quiser e à hora que quiser. Espaço público com o mesmo número de contentores, como sabem, especialmente nas zonas mais urbanas é extremamente difícil colocar mais contentores na rua e, portanto, a opção que existia além desta para iniciar a recolha dos biorresíduos seria colocar mais um contentor na rua e ter, nomeadamente, mais circuitos de recolha e mais recursos humanos e materiais a fazer este serviço.

Em termos de evolução, este projeto-piloto iniciou-se em outubro de 2020, cerca de 5.000 fogos e 15.000 habitantes, iniciamos essencialmente aqui pela Freguesia de Rio de Mouro, uma área restrita da Freguesia de Rio de Mouro, mas também o Casal do Marmelo, o Bairro da Felosa e Manique de Cima, que parte também pertencem à União das Freguesias de Sintra.

Objetivo para 2021: queremos mais 20 a 25.000 famílias, portanto, vamos apostar essencialmente em crescer na União das Freguesias de Sintra, na Freguesia de Colares, parte de Algueirão-Mem Martins, Rio de Mouro que já estava e Queluz.

Em 2022 o público-alvo serão cerca de mais 60.000 famílias, não referi de início, mas importa referir, a meta de obrigatoriedade da recolha seletiva de biorresíduos até 31 de dezembro de 2023 e por isso mesmo decidimos iniciar este processo o mais cedo possível. A par deste projeto serão também introduzidas novas formas de recolha de biorresíduos para o canal Horeca, para a restauração e também para os estabelecimentos de ensino, mas aqui com circuitos dedicados.

Deixamos para o fim a União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e Almargem do Bispo, Montelavar e Pêro Pinheiro com mais cerca de 90.000 famílias e, portanto, para finalizar durante o primeiro semestre de 2023.

Só referir aqui mais 2 projetos: durante o ano 2020 foram entregues cerca de 300 compostores domésticos, em 2021 temos mais 600 para entregar, portanto, vamos continuar a crescer com a compostagem doméstica e vamos começar a instalação de compostores comunitários, nomeadamente, nas hortas sociais.

E basicamente era isto que tinha para vos apresentar, vou-vos só deixar com 2 vídeos que acho que explicam, por um lado, a forma como vai ser feito a diferenciação dos sacos verdes na Tratolixo; e, por outro lado, a forma como estamos a delinear e a implementar este projeto em Sintra.

[visualização de vídeo]

Aqui podem ver, está a ser feita a leitura ótica dos sacos, portanto, neste caso os sacos verdes estão a ser lidos. E aqui já podem começar a ver a separação. Se repararem, os sacos verdes são separados do restante. E pronto, entram depois na linha e serão depois processados. E apenas o vídeo final.

"A Câmara Municipal de Sintra e os SMAS de Sintra apresentam-lhe o novo e vantajoso sistema de deposição seletiva de resíduos alimentares que lhe vai permitir transformar os seus biorresíduos em bio-recursos. Este sistema é flexível, não tem dias nem horas específicas de colocação à recolha, coloca no dia que quiser e à hora que lhe der mais jeito, gratuito, não tem qualquer custo acrescido para si, sustentável, porque dar valor aos resíduos permite poupar energia e recursos naturais. Mas, então, como é que isto funciona?! Muito simples! Eu explico! Primeiramente irá receber um pequeno contentor de 7 litros e um conjunto de sacos verdes. Depois segue os 3 passos para a valorização de bio-recursos:

1º) Separe. O contentor pequeno poderá colocar na sua cozinha para onde despejará os restos da preparação e confeção das refeições, sobras de alimentos, restos de comida, de legumes e de frutas, de carne e peixe, de produtos frescos não embalados, de pão e bolos.

2º) Depois Entregue. Quando o seu contentor estiver cheio fecha bem o saco que lhe foi fornecido e coloca-o no contentor dos resíduos indiferenciados que costuma utilizar na rua.

3º) Por fim, Valorize. A equipa de recolha fará depois a triagem dos sacos de biorresíduos que como têm uma cor diferente são facilmente detetados e farão o seu encaminhamento para as unidades de compostagem onde serão transformados em

composto ou energia. Adira já ao novo sistema de deposição seletiva de resíduos alimentares e some vantagens. Com este sistema ganha você e ganhamos todos!

Bio-Recursos – Demasiado bons para desperdiçar!"

Estou disponível para qualquer esclarecimento. Obrigado. Boa noite.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, senhor administrador, Dr. Carlos Vieira, muito obrigado pelas apresentações, de facto é para isto que gostamos de fazer política e de acrescentar algo à vida das pessoas e algo muito válido certamente destes projetos. Passo desde já a palavra então à Sra. Vogal Paula Bento. Prepara-se para intervir a Sra. Vogal Cristina Rodrigues.

Paula Bento (PPD/PSD (Ind.)): Boa noite então a todos. Senhora Presidente, ali o meu colega estava-me a perguntar se era possível depois fornecerem-nos estas apresentações. Uma pequena dúvida só relativamente ao Ecocentro: o Ecocentro, por aquilo que eu percebi, os munícipes podem ir lá depositar

eles próprios os seus resíduos, portanto, no fundo o seu lixo. A outra pergunta é se efetivamente está aberto o Ecocentro a qualquer cidadão de fora no Município ou se funcionará só para os munícipes de Sintra. É só.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Tem a palavra a Sra. Vogal Cristina Rodrigues.

Cristina Rodrigues (CDU): Assim como a Paula Bento, também queríamos pedir esta informaçãozinha toda que nos fosse também enviada, que seria muito útil. Eu tenho duas questões, vou começar aqui pelo fim: em relação a este contentorzinho e os sacos, como é que será feita a distribuição? Ao domicílio? É feito pelos SMAS, é feito pelas Juntas de Freguesia, quem é que faz essa distribuição?

Se o senhor doutor disse que até 2023 esta distribuição vai ser feita, é só para saber como é que vai ser feita. E em relação às obras que vão ser feitas na zona da Regaleira, a vila de Sintra vai ter mais uma estrada fechada pelos vistos. Eu sei que é necessário, eu nasci lá e vivo lá, sei que é muito necessário, mas é isso, quer dizer, espero que não juntem as duas, quer dizer, que façam quando a Visconde de Monserrate esteja aberta – não? – porque senão qualquer dia ninguém vai à vila, porque então é que vai ser

mais complicado, porque também o lado do Victor, a Rua das Padarias não era pavimento, ai, agora falta-me a palavra, a substituição do empedrado, das calçadas, claro que quando levantaram teve que ser tudo por baixo porque aquilo tem anos e anos, e anos, e tudo demora muito mais tempo do que está previsto.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado. Tem a palavra então o Sr. Vogal Rui Frias Moreira.

Rui Frias Moreira (BE): Obrigado, Senhor Presidente. Antes de mais agradecer a presença do administrador do SMAS e a apresentação que aqui nos foi feita. Em algumas das minhas questões se calhar não é a pessoa indicada porque seriam mais com a parte da ciclovia, porque neste projeto a Câmara de Sintra tem construído uma rede de ciclovias que na realidade é uma rede de vias partilhadas porque não tem as dimensões nem seguem as normas para serem verdadeiras ciclovias, tanto que o Executivo da Câmara está sempre a dizer que são vias para as pessoas poderem andar de bicicleta e a pé, o que cria conflitos muitas vezes na utilização dessas vias porque têm formas diferentes de utilização. E, portanto, nós uma vez mais alertávamos aqui que já que se está a fazer o investimento faz sentido que o investimento seja feito da melhor forma possível e, portanto, se estamos a tentar criar uma rede de ciclovias, que se crie uma verdadeira rede de ciclovias que cumpram as regras para poderem ser utilizadas prioritariamente por bicicletas e não vias partilhadas.

Depois também tinha aqui outra questão que é aproveitar-me desta intervenção aqui na Portela de Sintra para aproveitar para reorganizar algumas situações de trânsito e estacionamento, como por exemplo acontece aqui junto da Escola Secundária, a Rua do Casal da Mina é utilizada para estacionamento à revelia do Código da Estrada, que as pessoas estacionam do lado esquerdo, cada vez mais as bermas estão danificadas, os carros cada vez estacionam mais no meio, cada vez há menos espaço para subir a rua, é impossível o acesso de uma ambulância, de um carro dos Bombeiros, do que for, as crianças e os pais, e familiares que os vão buscar ao Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia têm que subir e descer no meio da estrada, portanto, esse passeio não pode ser feito em segurança, aqui em tempos, ainda era Fernando Seara

presidente da Câmara, falei na altura com o Vereador Luís Duque que me disse que era demasiado dispendioso construir um passeio porque obrigava à questão das águas pluviais na Rua do Casal da Mina por ali acima, mas que seria possível colocar, eu lembrei-me como colocaram agora aquela barreira em frente ao apeadeiro, aqueles pilaretes de plástico junto ao apeadeiro, era possível colocá-los pela rua acima para impedir o estacionamento e regular aí o trânsito até porque agora felizmente já é possível estacionar no parque de estacionamento, no parque onde se faz o mercado por grosso do outro lado do Sintrense, já está aberto ao público para estacionamento e, portanto, criou-se ali uma bolsa de estacionamento.

Relativamente à ciclovia gostava também de perguntar qual será o passo seguinte, ou seja, a ciclovia fica muito circunscrita, fica fechada dentro da Portela de Sintra. Já agora, naquela imagem ali detrás, todas aquelas artérias vão ser intervencionadas. Portanto, vai acontecer como em Mem Martins, vão fazer avisos à população de que dia X a tantas horas vai-se cortar. Presumi que fosse seguir-se o modelo de Mem Martins. Portanto, aqui a ciclovia vai ficar fechada dentro da Portela, não é? Ou seja, se sabemos qual é que seria o passo seguinte de alargamento da rede de ciclovias daqui, portanto, se a ideia seria depois passar por baixo da estação, por baixo da linha do comboio, ali onde está escrito Proteção Civil de Sintra, ir por ali fora e depois ir ligar a Lourel, se é a subir para a Estefânia, era tentar perceber porque aqui aproveitar, mas acredito que esse estudo já exista porque parece-me que estão a fazer uma rede de ciclovia integrada e, portanto, já deveria, era também saber qual é que seria o futuro aqui na ciclovia na Portela. Obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhor Vogal. Dou a palavra então à Sra. Vogal Conceição Cerqueira e encerraríamos as inscrições durante a intervenção da Senhora Vogal.

Conceição Cerqueira (CDS-PP): Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, caríssimos Vogais e demais fregueses presentes. A minha pergunta é para o administrador dos SMAS e é um bocadinho uma pergunta e um pedido. É uma questão relativamente ao Eco de Janas. Não sei se já está desenhado, se já está pensado, aquilo que a freguesia e

os fregueses mais sentem necessidade por aquilo que eu tenho recolhido é relativamente aos verdes, há uma grande zona verde e constantes necessidades de limpeza dos espaços. E, portanto, a questão que eu ia perguntar é se iria ser feito um centro onde os verdes fossem tratados e depois ser feita a compostagem, e as pessoas até pudessem comprar esses resíduos para adubo. E também é uma questão relativamente a se há alguma coisa pensada a nível global para recolha dos resíduos "bio desagradáveis" de quem tem animais domésticos. Porque eles são de facto incluídos junto dos indiferenciados e não sei se a curto, médio prazo ou a longo já pensaram nisso.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Obrigado, Senhora Vogal. Tem a palavra a Sra. Vogal Ana Santos e depois passarei então a palavra ao senhor administrador para as conclusões.

Ana Santos (PS): Eu antes de começar a minha intervenção queria só dizer que gostei muito de ouvir a Vogal Cristina Rodrigues enumerar as várias obras que há tantos anos eram pedidas na vila de Sintra, gostei de ouvir como moradora. Agora, a minha intervenção, para já queria começar por dar aqui os parabéns aos SMAS porque de há uns anos para cá parece que os SMAS deixaram de se preocupar apenas com a simples recolha de resíduos e passaram a ter também uma preocupação ambiental, o que, como todos sabemos, para além de ser bom para o ambiente também é bom para a nossa carteira porque os impostos que pagamos dos resíduos que recolhemos é muito grande. Eu começava por dizer, por exemplo, os sítios onde não havia esgotos neste concelho, que ainda eram muitos e que passaram a ter nestes últimos anos e dava como por exemplo São Pedro que tantas vezes aqui falámos, que dão muita chatice as obras, é verdade, mas têm que ser feitas e estão feitas, nos sítios onde já há esgotos, mas que de facto com material não muito bom a nível do ambiente e que agora começam a trocar, e um exemplo é a Portela de Sintra onde está tudo em vários sítios do concelho, mas agora aqui na nossa Freguesia que vai ser aqui na Portela de Sintra que é tudo material em fibrocimento e que vai ser tudo trocado, portanto, são muitos milhões que de facto os SMAS nestes últimos anos têm investido no nosso concelho,

mas não ficaram satisfeitos com isto, e não ficaram satisfeitos com isto e resolveram ser mais inovadores. E eu hoje por acaso tive oportunidade de assistir à apresentação que foi *online* deste último projeto que nos apresentaram aqui dos biorresíduos e de facto é uma grande evolução na recolha de resíduos – não é? – porque os restos orgânicos são cerca, se eu não estou em erro, de 40% da recolha de resíduos que nós fazemos e estes resíduos vão passar a ser matéria-prima, o que é muito bom para todos nós. E eu queria de facto aqui perguntar ao senhor administrador, eu sei que já há alguma parte da nossa Freguesia que já está neste projeto, que a nossa União de Freguesias será das próximas, mas eu queria saber se já tem datas previstas, se vai ser a União das Freguesias toda de uma vez, se vai ser progressivo porque, confesso, estou ansiosa por participar neste projeto.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhora Vogal. Passo a palavra então ao senhor administrador dos SMAS, Dr. Carlos Vieira, para apresentar então esta fase final da nossa sessão.

Carlos Vieira (SMAS): Bem, vou tentar responder a todas as questões. Relativamente aqui à questão das apresentações, nós vamos fazer chegar à Junta de Freguesia e depois a Junta de Freguesia fará a entrega dessas apresentações.

Relativamente à questão do Ecocentro, sim, o Ecocentro é gratuito como é lógico, a entrega de todos os materiais no Ecocentro será gratuita e aberta a todos os munícipes, não apenas às Juntas de Freguesia e a pequenos empresários, mas também a todos os munícipes de Sintra que queiram entregar no Ecocentro os seus resíduos.

Depois, distribuição dos contentores de 7 litros e dos sacos verdes é feita pelos SMAS e assegurada pelos SMAS, tanto neste projeto-piloto como depois na sua expansão que vai acontecer durante o próximo ano. Sobre a obra na Regaleira, a obra da Regaleira só vai iniciar depois de concluída a obra na Visconde de Monserrate, além disso a obra junto à zona da Regaleira vai ter impactos como é lógico – não é? – mas vamos tentar minimizá-la ao máximo, até porque a conduta vai passar junto ao passeio. Sei que também o passeio é estreito, mas vamos tentar ter isso em atenção.

Rrelativamente à questão da ciclovia tenho alguma dificuldade em responder-lhe muito concretamente, sei que a Câmara Municipal tem um projeto de construção de ciclovias de cerca de 40 quilómetros, é a ideia que tenho assim de cabeça, sei que esta ciclovia depois vai ter uma continuidade agora na zona do Algueirão, portanto, há outra empreitada além desta empreitada da Portela de Sintra que era muito relevante porque, como foi também aqui referido, é uma zona onde temos muitas ruturas e muitas condutas em fibrocimento, existe também uma outra empreitada na zona do Algueirão que é feita também em conjunto entre a Câmara Municipal e os SMAS de Sintra e que contempla também a execução de uma ciclovia, não lhe sei dizer exatamente onde é que pega com a outra, mas tenho ideia que depois existe uma ligação.

Em relação às questões que colocou de trânsito e estacionamento, aí já não tenho grande informação para lhe dar, depois com a Junta e com a Câmara terão essa informação com certeza.

Relativamente ao Ecocentro de Janas, já estamos a iniciar projeto, o objetivo é concretizar o projeto durante o próximo ano e lançar a empreitada ainda durante o próximo ano, é um projeto semelhante a este do Ecocentro de Vale Flores, ligeiramente mais pequeno, a localização é junto aos reservatórios de água, já está definida, e, portanto, relativamente à questão dos verdes, este Ecocentro de Janas irá servir não apenas a União das Freguesias de Sintra, mas também parte da Freguesia de São João das Lampas e parte da Freguesia de Colares, e o objetivo é receber nesse Ecocentro os verdes. Associado a estes Ecocentros existem sempre alguns mecanismos como trituradoras e coisas desse género para poder depois processar esses verdes e entregar na Tratolixo. Tudo gratuito. Pelo menos é esse o projeto que temos e é isso que temos delineado desde o início, portanto, a entrega será gratuita. Quanto à reutilização desse material, hoje já o pode fazer, não diretamente connosco, mas com a Tratolixo, se quiser ter composto semelhante àquele que viu na imagem há pouco é uma questão de contactar a Tratolixo e consegue obter esse composto.

O que foi criado e existe na ETAR de Colares é um centro de deposição temporária de verdes, tanto onde estão contentores, neste caso contentores ligeiramente mais pequenos dos que vão existir no Ecocentro, são contentores de 15 m^3, onde nós recebemos também gratuitamente todos os dias da semana verdes que depois são levados daquele sítio e entregues na Tratolixo para compostagem. Portanto, é isso que acontece em relação a esse centro que está a falar junto à ETAR de Colares. Tem semelhantes também na Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, também tem uma zona onde pode colocar esse tipo de resíduos.

Em relação aos resíduos bio desagradáveis, como lhe chamou, não temos nenhum projeto, mas quem sabe, poderemos pensar numa coisa dessas nos próximos anos.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, senhor administrador.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Posso só fazer uma questão muito rápida?

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Se o senhor administrador quiser responder.

Carlos Vieira (SMAS): Certo, muito bem.

Paulo Parracho (PPD/PSD): É mais como morador. A obra aqui na Portela vai ser feita por fases, começa onde?

Carlos Vieira (SMAS): A obra começou na zona de Ouressa para cá, portanto, as obras que fazemos tentamos causar o mínimo de impacto possível, se bem que é difícil – não é? – porque todas as nossas condutas estão no subsolo, e, portanto, mas fazemos sempre por fases, ou seja, intervencionamos numa zona, abrimos, fechamos e depois é que seguimos para a zona seguinte porque senão tornava-se ainda mais complicado gerir tal como está a acontecer agora, se forem à zona de Mem Martins, de Ouressa, também estamos com outra empreitada nessa zona e, portanto, é assim que também fazemos a intervenção.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Já estamos mais esclarecidos. Muito obrigado, senhor administrador, mais uma vez pela sua disponibilidade, pela apresentação destes projetos. Avançávamos para a minuta da

ata. Entretanto, eu só gostaria de fazer aqui um esclarecimento ao Sr. Vogal Paulo Parracho que teve a amabilidade de publicar nas redes sociais que a Mesa afastou pessoas da participação nesta Assembleia, cumpre esclarecer que a Mesa da Assembleia ou os serviços da Junta não afastaram ninguém da participação desta Assembleia e muito menos alguém será afastado de participar nesta Assembleia por ser titular de algum cargo político ou algo semelhante. Portanto, vamos começar por tirar ilações sobre a veracidade daquilo que às vezes publicamos. Era só para deixar esta nota porque não podia deixar passar em claro tendo em conta que é realmente um ataque direto à organização desta Assembleia, da qual eu sou o maior responsável político. Vamos então avançar para a minuta da ata n.º 6/2020, reunião extraordinária.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Senhor Presidente, uma interpelação à Mesa.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Sim. Uma interpelação à Mesa.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Inaugurámos aqui uma situação que é pública nas redes sociais e o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia vem aqui responder, mas eu dou a cara por aquilo que publico nas redes sociais, aliás, é público, toda a gente vê e eu tenho muitos seguidores, portanto, toda a gente vê.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Aliás, deve ter cuidado com aquilo que é a veracidade da publicação.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Senhor Presidente, não é deve ter cuidado. Não, não, não. A veracidade...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): A veracidade é que houve 5 inscrições, a 5 pessoas estão aqui e ninguém é discriminado por ocupar qualquer cargo público seja ele qual for, seja ele qual for. O termo que usou foi "afastado". Diga-me um que tenha sido afastado de participar nesta Assembleia de hoje, diga-me um, um, se não há.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Se me deixar concluir a interpelação...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Conclua, por favor, que é para avançarmos para a minuta da ata.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Como sabe, Senhor Presidente, na última sessão da Assembleia tivemos público que chegou à porta da Assembleia para participar, não sabiam que era preciso se inscrever e não o puderam fazer. Tivemos pessoas, certamente sabe os nomes, não preciso estar aqui a dizer porque não vou falar por ninguém, chegaram-me essas queixas e hoje chegaram também. Cidadãos, munícipes, fregueses da nossa Freguesia que queriam vir aqui levantar assuntos concretos, não puderam porque as inscrições estavam cheias. Hoje houve pessoas a telefonar para a Junta a perguntar se podiam participar, disseram que não porque as inscrições estavam cheias. É fácil verificar, perguntem aos funcionários, quem atendeu o telefone. Não vou aqui dizer nomes porque também não vou aqui crucificar ninguém. Muita graça, não é? Pois é. Ficamos muito satisfeitos porque eu não tenho assim, para já não tenho disponibilidade para ir assistir a Assembleias de Freguesia a Rio de Mouro por exemplo, fico muito satisfeito de ver o Presidente da Junta de Rio de Mouro estar aqui presente, fico satisfeito.

Aquilo que eu não posso aceitar é que haja cidadãos da nossa Freguesia que têm assuntos concretos para vir aqui apresentar, não é só assistir à sessão, é vir aqui apresentar e são impedidos de aqui estar porque há um limite de 5 que não está tecnicamente provado porque é que são 5 pessoas e não são 10, entende?

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Isso é falso. Isso é totalmente falso

Paulo Parracho (PPD/PSD): É totalmente falso?

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Totalmente falso.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Quer dizer, os dados estão à vista. Os dados estão à vista.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Mas qual é a interpelação à Mesa, que ainda não percebi?

Paulo Parracho (PPD/PSD): O senhor pôs em causa o meu nome, está-me a acusar de estar a faltar à verdade e eu estou-lhe a provar que não estou a faltar à verdade. Se há alguém que está a faltar à verdade aqui é o Senhor Presidente.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): É de uma maneira sem direito ao contraditório, sem direito ao contraditório publicar questões nas redes sociais – não é?

Paulo Parracho (PPD/PSD): Meu amigo, vai às redes sociais e contradiz-me, então, quer dizer...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Se quer usar do contraditório é aqui.

Paulo Parracho (PPD/PSD): Então, fazemos uma rede social aqui.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Se quer fazer uma acusação é aqui. E ficamos aqui com este assunto por aqui. A Senhora Presidente tem a palavra e depois avançamos para a votação da ata minuta.

Antónia Raminhos (Presidente da Junta de Freguesia): Só para esclarecer aqui esta situação das inscrições informo que a última inscrição recebida no *mail* geral da Junta para hoje foi às 14h30, portanto, e só às 14h30 é que encerrámos. Portanto, quem quis ou quem teve intenção de se inscrever teve bastante tempo para o fazer. Portanto, só já no início da tarde é que encerrámos as inscrições, portanto, houve muita margem para as pessoas se inscreverem.

Paulo Duarte (CDS-PP): Senhor Presidente, eu quero fazer uma interpelação à Mesa...

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Vamos avançar para a votação da ata minuta.

Paulo Duarte (CDS-PP): Na qualidade de Vogal desta Assembleia e em função daquilo que foi aqui levantado eu quero fazer uma interpelação à Mesa.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Então, tem a palavra a Sr. Vogal Ana Santos que fez uma interpelação primeiro.

Paulo Duarte (CDS-PP): A sua postura é que é errada.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Não. Quem dirige os trabalhos é o Presidente da Mesa.

Ana Santos (PS): Eu queria fazer uma interpelação à Mesa. Queria perguntar, eu já faço parte desta Assembleia de Freguesia, não fui eleita diretamente, mas já vim a

muitas Assembleias de Freguesia, já vi aqui assistirem a Assembleias de Freguesia várias pessoas que não eram desta Freguesia, curiosamente nunca foi questionado nada talvez porque o cartão partidário era outro, porque as pessoas também não eram desta Freguesia.

Paulo Duarte (CDS-PP): Não havia limitação de lugares.

Ana Santos (PS): Alguma vez houve algum problema, alguma interdição a alguma pessoa aqui? Realmente na última esteve lá uma pessoa. As pessoas também têm que se informar sobre os seus direitos, não têm só deveres, também têm direitos.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Muito obrigado, Senhora Vogal. Tem a palavra o Sr. Vogal Paulo Duarte e avançamos depois para a leitura e votação da ata minuta.

Paulo Duarte (CDS-PP): Senhor Presidente, a questão que eu quero fazer é: qual é a base técnica que o Senhor Presidente utiliza para limitar a 5 pessoas o público? Eu gostaria que o Senhor Presidente me explicasse de onde é que lhe vem essas 5 pessoas. Isto é o primeiro ponto. Segundo ponto e para esclarecer aqui algumas dúvidas é assim: todos nós aqui sabemos perfeitamente como é que isto funciona, portanto, é óbvio que se eu chegar aqui e registar ou inscrever 5 pessoas do meu partido, eu sei que mais ninguém vai falar, Senhor Presidente. Agora, a questão é esta e isso da questão do cartãozinho partidário a mim dá-me igual, eu estou aqui é para defender os fregueses da minha Freguesia. Eu não ando aqui à procura de tachos e tachinhos. Eu estou aqui para defender os fregueses da minha Freguesia.

Para ultimar isto, Senhor Presidente, a questão é esta, continuo a dizer, eu quero saber porque é que o Senhor Presidente, de onde é que vem esse número de 5 pessoas. Estamos entendidos? É só isso. Muito obrigado.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): O número de 5 pessoas vem de um duplo limite. Primeiro, porque o tempo limite para o público falar é de 5 minutos para cada pessoa em 30 minutos, é o tempo máximo, ponto n.º 1. Ponto n.º 2, tem a ver que quando foi marcado o auditório aqui nos SMAS, e estão aqui os serviços, não me deixam mentir, é: perguntámos qual é que seria o limite máximo de pessoas

tendo em conta aquilo que já eram os membros da Assembleia e os membros do Executivo, e os funcionários presentes. É tão simples quanto isso. E tendo em conta a limitação, o que havia era 5 pessoas. Na Escola Secundária de Santa Maria é exatamente a mesma coisa, foi exatamente o mesmo que aconteceu. Aliás, nós até aumentámos de 5 para 6 porque havia a possibilidade de acrescentar uma pessoa no topo.

João Afonso Aguiar (Presidente da Mesa da Assembleia): Estavam 6. Na última estiveram 6. Estiveram 6 pessoas. Pronto. E na de setembro a mesma coisa, estiveram 6 pessoas. É esse o critério, é tão simples quanto isso. Bom, e vamos então avançar para a leitura e votação da minuta da ata. Minuta da ata n.º 6/2020: Reunião Extraordinária. Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Art.º 57 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim) reunida em sessão extraordinária no dia 2 de dezembro de 2020, pelas 20h00, no Auditório dos SMAS sito na Avenida Movimento das Forças Armadas, Portela de Sintra, tomou as seguintes deliberações: Período da Ordem do dia – Apreciação e votação da Proposta n.º 192-UFS/2020 da minuta e da 2ª Modificação ao Contrato Interadministrativo de colaboração existente entre a União das Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim), a Câmara Municipal de Sintra e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra relativo a limpeza pública e recolha de resíduos sólidos urbanos. Deliberação: Aprovada com 11 votos a favor do Partido Socialista, CDU e Bloco de Esquerda, e 8 abstenções do PSD e CDS Aprovada por unanimidade. Mais uma vez obrigado aos SMAS pela cedência do espaço, pelas apresentações, por nos dar a conhecer estes novos projetos, obrigado a todos os Senhores Vogais, um bom regresso a casa, Senhora Presidente, senhores funcionários, uma boa noite.

Deu-se por terminada a sessão ordinária e por encerrados os trabalhos pelas 22 horas e trinta minutos----------

O Presidente da Mesa da Assembleia

(João Afonso Aguiar)

CDU – *União De Freguesias de Sintra*

MOÇÃO

Vimos mais uma vez com surpresa a limitação do horário de duração da Assembleia de Freguesia quando o que estabelece a lei e o regimento, é que a mesma termina à meia noite do dia em que se realiza, podendo ser prolongado este horário para além da referida hora quando existe acordo entre os partidos representados na Assembleia de Freguesia.
Sabemos que está em vigor o Estado de Emergência, e o mesmo contém limitações várias.

Como refere a Constituição da República Portuguesa, a declaração do Estado de Emergência apenas limita o que refere expressamente e por isso, na declaração vigente, no seu artigo 4, que se refere às limitações, nenhum direito político está limitado.

Mais referimos que os direitos políticos e de reunião não estão limitados ou proibidos tal como já foi referido pelo Presidente da República e pelo Primeiro Ministro.

Assim, a Assembleia de Freguesia reunida no dia 02 de dezembro de 2020, delibera que seja cumprido o horário previsto no regulamento de funcionamento em vigor.

Assim sendo, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deverá passar declarações de presença a todos os vogais, e aos funcionários presentes em apoio à realização desta Assembleia de Freguesia.

Luís Venâncio Oliveira
Cristina Rodrigues
Vogais CDU UFS

Sintra, 02 dezembro de 2020